

A União

DEPARTAMENTO DE PUBLICIDADE

DIVISÃO DE IMPRENSA OFICIAL

Ano LIV — N.º 177

João Pessoa — Paraíba

Terça-feira, 13 de agosto de 1946

ADMINISTRAÇÃO DO EXMO. SR. DR. ODON BEZERRA CAVALCANTI

ATOS DO INTERVENTOR FEDERAL

(*) DECRETO-LEI N.º 840, de 6 de agosto de 1946

Abre á Secretaria do Interior e Segurança Pública o crédito especial de Cr\$.... 20.000,00.

O INTERVENTOR FEDERAL NO ESTADO DA PARAÍBA, usando da atribuição que lhe confere o art. 6.º, n.º V, do Decreto-lei federal n.º 1.202, de 8 de abril de 1939,

DECRETA:

Art. 1.º — Fica aberto á Secretaria do Interior e Segurança Pública o crédito especial de vinte mil cruzeiros (Cr\$ 20.000,00), destinado a atender ás despesas com a aquisição de móveis para o Departamento das Municipalidades.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

João Pessoa, 6 de Agosto de 1946; 58.º da Proclamação da República

ODON BEZERRA CAVALCANTI

Horácio de Almeida

José Mousinho

(*) Reproduzido por incorreções.

EXPEDIENTE DO INTERVENTOR FEDERAL DO DIA 25 DE JULHO:

(*) Decreto:

O INTERVENTOR FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o inciso III, art. 7.º, do decreto-lei federal n.º 1.202, de 8 de abril de 1939, resolve nomear, de acôrdo com o item IV, art. 15, do decreto-lei 202, de 28-10-41, Elizabeth Cordeiro de Araújo para exercer, interinamente, o cargo da classe B, da carreira de Professor, do Quadro Unico do Estado, com a lotação de seu ocupante fixada no Departamento de Educação

(*) Reproduzido por incorreções.

EXPEDIENTE DO INTERVENTOR FEDERAL DO DIA 8 DE AGOSTO:

Petição:

De Manuel Fragoso Cavalcanti, solicitando readmissão. — Indefero o pedido de readmissão. Não pro-

vou o requerente a falada violência. Em 8-8-46. (ass.) Odon Bezerra Cavalcanti

EXPEDIENTE DO INTERVENTOR FEDERAL DO DIA 9:

Petição:

De Moacyr Pereira de Lacerda, extranumerário diarista, requerendo licença para tratamento de saúde. — Concedo 45 dias de licença, com o desconto de 20% do salário, a partir de 16-7-46, na forma da lei á vista do parecer.

Portaria:

O INTERVENTOR FEDERAL, usando das atribuições que lhe são conferidas, resolve dispensar, a pedido, o extranumerário contratado, Maria do Carmo Barbosa dos Santos, das funções de Professor, lotado no Departamento de Educação

O INTERVENTOR FEDERAL, usando das atribuições que lhe são conferidas, resolve dispensar, a

pedido, o extranumerário contratado Armando Cabral Nóbrega das funções de Protocolista, lotado no Departamento do Serviço Público

O INTERVENTOR FEDERAL, usando das atribuições que lhe são conferidas, resolve dispensar o extranumerário contratado Severina Gonçalves de Carvalho das funções de Professor, lotado no Departamento de Educação

O INTERVENTOR FEDERAL, usando das atribuições que lhe são conferidas resolve dispensar o extranumerário contratado, Maria das Neves Santos das funções de Inspetor de Alunos, lotado no Departamento de Educação

EXPEDIENTE DO INTERVENTOR FEDERAL DO DIA 10:

Propostas de contratos — A Secretaria de Educação e Saúde — Vanda Cavalcanti de Albuquerque, professor — Cr\$ 270,00 Maria Juci de Melo Neves, professor — Cr\$ 270,00. Neusa Antas Sitônio, professor — Cr\$ 270,00. Nilza Lima, professor — Cr\$ 270,00. Departamento de Educação. Prazo: Da data da assinatura do contrato até 31-12-46. Aprovo. — (ass.) Odon Bezerra Cavalcanti.

Proposta de admissão de diarista — A Secretaria de Educação e Saúde — Severino Florentino Machado, servente — Cr\$ 10,80 por dia de serviço prestado. Departamento de Educação. Aprovo. — (ass.) Odon Bezerra Cavalcanti.

Decretos.

O INTERVENTOR FEDE-

RAL, usando das atribuições que lhe confere o inciso III, art. 7.º, do decreto-lei federal n.º 1.202, de 8 de abril de 1939, resolve nomear, de acôrdo com o item IV, art. 15, do decreto-lei 202, de 28 de outubro de 1941, Maria Assunção Gomes Costa para exercer, interinamente, o cargo da classe B, da carreira de Professor, do Quadro Unico do Estado, com a lotação do seu ocupante fixada no Departamento de Educação.

O INTERVENTOR FEDERAL, no uso das suas atribuições, resolve remover João Fernandes da Nóbrega, agente fiscal classe E, da Coletoria Estadual de Mamanguape para a de Esperança.

O INTERVENTOR FEDERAL, no uso das suas atribuições, resolve nomear João Batista Correia Lima, agente fiscal classe F, da Coletoria Estadual de Mamanguape para a de Cabrita.

EXPEDIENTE DO INTERVENTOR FEDERAL DO DIA 12:

Petições:

De Hildebrando Espinola, Juiz de Direito da comarca de Teixeira, requerendo prorrogação, por mais cinco (5) dias, do prazo a quem tem direito para assumir o exercício do cargo. — Deferido.

K. 2639 — SISP — De José Diogo, ex-soldado da Força Policial do Estado solicitando retificação do nome. — Despacho: O requerente, em primeiro lugar, deve pedir a retificação do seu nome em Juiz, e, na hipótese de obter re-

EXPEDIENTE

A materia constante do expediente do Governo, das Secretarias de Estado e das Repartições publicas deverá ser endereçada á redação da A UNIÃO.

Os avisos e editais, balancetes dos bancos e os anuncios constituem materia a ser entregue á Gerencia, para o respectivo contrato de publicidade.

As repartições publicas deverão remeter o expediente até ás 17,30 e, aos sábados, até ás 14 horas.

Os originais deverão ser autenticados. As rasuras e emendas deverão vir, sempre, ressaltadas por quem de direito. Os originais devem ser datilografados, evitando-se escrever no verso.

A materia paga terá seu recebimento das 11,30 ás 17,30, e aos sábados, das 8 ás 12 horas.

As reclamações, constan-

te do favorável, só então é que lhe cabe requerer a averbação da alteração nos seus assentamentos de reformatado, exibindo para tanto a certidão do despacho antigo.

O INTERVENTOR FEDERAL, usando da atribuição que lhe confere o art. 7.º Inciso III, do decreto-lei federal n.º 1.202, de 8 de abril de 1939, resolve remover, a pedido, o bel. Emilio de Farias, ocupante do cargo de Juiz de Direito, padrão K, do Quadro Unico do Estado, lotado na comarca de Serraria, de 1.ª entrancia, para a de Ingá, de igual categoria.

O INTERVENTOR FEDERAL, usando da atribuição que lhe confere o art. 7.º, inciso III, do decreto-lei federal n.º 1.202, de 8 de abril de 1939, resolve remover, a pedido, o bel. Lucas Vilar Suassuna, ocu-

pante do cargo de Juiz de Direito, padrão K, do Quadro Unico do Estado, lotado na comarca de Ingá, de 1.ª entrancia, para a de Serraria, de igual categoria.

O INTERVENTOR FEDERAL, usando da atribuição que lhe confere o art. 7.º, inciso III, do decreto-lei federal n.º 1.202, de 8 de abril de 1939, resolve nomear o aspirante a oficial da Força Policial do Estado, Adabel Rocha para exercer o cargo de delegado de Policia no municipio de Sabugi.

O INTERVENTOR FEDERAL, usando da atribuição que lhe confere o art. 7.º, inciso III, do decreto-lei federal n.º 1.202, de 8 de abril de 1939, resolve exonerar o 2.º ten. da Força Policial do Estado, Albertino Francisco dos Santos do cargo de delegado de Policia do municipio de Sabugi.

CONSELHO ADMINISTRATIVO DO ESTADO

93.ª SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 12 — 8 — 1946:

Sob a presidência do conselheiro Oswaldo Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, secretariado pelo senhor João Araújo Dias, com a presença e parte ativa nos trabalhos dos conselheiros drs. Severino Ayres, João Lelis e Rômulo Rangel, realizou-se 93.ª sessão ordinária do Conselho Administrativo do Estado.

Lida a ata da reunião anterior, é aprovada sem restrições.

EXPEDIENTE: — Deu entrada, para os devidos fins, o projeto de decreto-lei da Prefeitura de Piancó, anulando dotações orçamentárias na importância de Cr\$ 8.200,00 e abrindo o crédito suplementar equivalente. — Ao dr. João Lelis.

PARECER Á PUBLICAÇÃO: — O de número 141, ao pro-

A UNIÃO

DEPARTAMENTO DE PUBLICIDADE

Redação e Oficinas:

Rua Duque de Caxias S/N.

Diretor Geral — JOSÉ DE CERQUEIRA ROCHA

DIVISÃO DE IMPRENSA OFICIAL

Secretário — WILSON MADRUGA

Gerente — MARDOKEO NACRE

O único cobrador autorizado deste jornal, no interior do Estado, é o sr. Silvano Rocha.

Tabela de assinaturas e publicidade

ASSINATURAS	Cr\$.	PUBLICIDADE	Cr\$.
Ano	60,00	1 pagina, por vez . . .	400,00
Semestre	40,00	½ pagina, por vez . . .	200,00
Numero avulso . . .	0,20	¼ de pagina, por vez	100,00
Numero atrasado . .	0,40	Centimetro de columna	4,00
A assinatura para os funcionarios publicos terá o abatimento de 40%.		editais, por centimetro de columna . . .	2,40

tada a existência de erros ou omissões pertinentes á materia divulgada, deverão ser formuladas á Redação da UNIÃO, das 14 ás 17,30 e, aos sábados, das 8 ás 12 horas.

As assinaturas podem ser tomadas em qualquer época do ano, por semestre ou ano, terminando no ultimo dia do mês em que vencerem.

As repartições publicas se cingirão as assinaturas anuais, renovadas pelo órgão competente, até 31 de dezembro.

Os cheques ou vales postais deverão ser emitidos em favor do Tesoureiro da A UNIÃO.

Para quaisquer informações sobre materia de serviço, poderá ser utilizado o seguinte telefone:

Diretoria — 1211

Endereço telegrafico IMPRENSOF.

jeto de decreto-lei da Prefeitura desta Capital, autorizando aquela Comuna a alienar terrenos de seu patrimônio. — Relato dr. Severino Ayres.

ORDEM DO DIA: — Foram discutidos e aprovados os pareceres ns. 130, 139, 133, 134, 135, e 140, aos projetos de decretos-leis: da Prefeitura de Sapé, abrindo um crédito especial de Cr\$ 42.538,70, para pagamento de debitos de exercicios anteriores, da Prefeitura desta Capital, reestruturando e criando carreiras, elevando padrões de vencimentos, reajustando e criando funções gratificadas, concedendo aumento ao pessoal inativo e dando outras providências — Relator dr. Severino Ayres; da Interventoria Federal, autorizando a vender, em hasta pública, do dominio util de duas areas de terra pertencentes á Prefeitura Municipal de Souza. — Relator dr. João Lelis; de Sapé, anulando o saldo de dotações orçamentárias na importância de Cr\$ 8.175,00 e abrindo crédito suplementar equivalente; da Interventoria Federal, abrindo á Secretaria do Interior e Segurança Pública um crédito especial de Cr\$ 47.800,00; e criando funções gratificadas na Secretaria de Educação e Saúde. — Relator dr. Rômulo Rangel. Em seguida, toma a palavra o conselheiro dr. Severino Ayres propondo que a gratificação de que trata o projeto e parecer da Interventoria

Federal, criando funções gratificadas no Departamento de Saúde, fosse de Cr\$ 300,00, tendo em vista que esta é a importancia da maioria das funções gratificadas. Acrescentou ainda, que o trabalho também dos servidores a que se vai atribuir a mesma vantagem merecia especial consideração. O Conselho aceitou a proposta, e, como com a mesma ocorre aumento de despesa, deliberou que o processo voltasse á Interventoria Federal para o exmo. senhor Interventor dizer se concorda ou não, com o aumento em apêço. Em seguida falou também o conselheiro Rômulo Rangel apresentando uma sugestão no sentido de que fosse adiada a votação do projeto de decreto-lei da Prefeitura de Esperança, subvencionando a Empresa de Luz Elétrica da Vila de Ariús, até que o Prefeito informe que se além da subvensão proposta fica o Municipio obrigado ao pagamento da taxa de consumo de Luz Pública naquela Vila. Foi aceita a sugestão por unanimidade de votos, devolvendo-se o processo á Secretaria para proceder a diligencia requerida.

E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão marcando antes, o senhor Presidente nova reunião, para hoje, á hora regimental.

João Araújo Dias — Secretário.

PARECER N.º 141

Prefeitura de João Pessoa — Ao exame e aprovação do

Conselho Administrativo o prefeito Manuel Morais apresentou um projeto de decreto que, convertido em lei, autorizará a administração municipal a vender terrenos do patrimônio da Prefeitura, situados nos seguintes locais: avenidas Almirante Barroso, Concordia, Floriano Peixoto, Tabajaras, Princesa Isabel, Maximiano Figueirêdo, João Machado, e Pedro II; praças General João Neiva e Vidal de Negreiros; ruas Ana Borges, Índio Piragibe, Antonio Gomes, Tambiá, Maciel Pinheiro, Silva Jardim, Irineu Pinto e Amaro Coutinho.

Justificando a medida, salienta o operoso edil:

a) — que se impõe o estímulo de construções residenciais nesta cidade, e a Municipalidade, no que lhe diz respeito, vem tomando as providências de caráter imediato e prático que lhe ocorrem;

b) — que se faz necessária a iniciativa de que trata o projeto, sobretudo pelo relevante motivo de compensar-se a falta de algumas habitações desapropriadas, por interesse público;

c) — que os terrenos não têm para a Prefeitura utilidade imediata, e com o preço da venda a Edilidade reforçará os recursos para efetuar indenizações de imóveis desapropriados.

A cidade de João Pessoa tem, inegavelmente, o direito de crescer e prosperar, apresentando melhor efeito na sua fisionomia. A influência do poder público, portanto, nêsse particular deve ser decisiva. Mas a Prefeitura local, se não quisesse destinar os mencionados terrenos à construção de casas para os seus funcionários, conforme o decreto-lei n.º 9, devia poupar de venda os terrenos das praças General João Neiva, porque no dêste logradouro público, onde há uma boa feira semanal, poderia construir pequeno mercado, e no da praça Vidal de Negreiros, como aliás, foi planejado, edifício em que acomodasse e reunisse muitos dos seus serviços que ultimamente têm tido apreciável desenvolvimento, e houvesse também lugar para a Câmara dos Vereadores, que deverá instalar-se, tudo indica, no ano vindouro. Seria essa uma providência

de muita significação que poderia ser tomada desde já pela Prefeitura, ao lado de outras em execução.

Não estou, porém, em dissenso ou avergência com o projeto em causa, pois o prefeito sabe melhor o que está fazendo em prol da comuna, devendo ter em pensamento que "As necessidades públicas na cidade são como as indagações no cérebro dos sábios: quanto mais aspiradas, tanto mais insatisfeitas e apoucadas; tanto mais realizadas, quanto menos realizadas e mais absorventes do conceito do dever" (Menelick de Carvalho, "Administração Municipal", pág. 11).

O projeto, entretanto, aludindo que a venda dos terrenos "será processada na base de concorrência pública, legalmente aberta", deve adotar a palavra *vender* no art. 1.º, ao contrário da expressão: *alienar, por venda*. Alienar, no caso, não é bem próprio, pois "alienar significa: torna alheio, transferir a outrem o domínio", (Azevedo Marques, "A Hipoteca", 3.ª edição, n.º 10 e pág. 30) e "os bens públicos afastam-se dos vínculos reais, de garantia", etc. (Clovio Bevilacqua "Cod. Civil Comentado", vol. III, da edição e pág. 341).

Com êsse modo de ver, ofereço á Casa esta

RESOLUÇÃO:

A Conselho Administrativo do Estado decide aprovar o projeto do decreto-lei da Prefeitura Municipal de João Pessoa, que autoriza vender, por concorrência pública, legalmente aberta, terrenos pertencentes ao seu patrimônio.

Sala das Sessões do C. A. E., em 10 de agosto de 1946.

Severino Alves Ayres — Relator.

RESOLUÇÃO N.º 122 de 12 — 8 — 1946.

Aprova o projeto de decreto-lei da Interventoria Federal, abrindo á Secretaria do Interior e Segurança Pública, o crédito especial de Cr\$ 47.800,00.

O Conselho Administrativo do Estado da Paraíba, em sessão de 12 agosto de 1946, adotou a seguinte

RESOLUÇÃO:

É aprovado o projeto de

decreto-lei da Interventoria Federal, que abre o crédito especial de Cr\$. 47.800,00, para pagamento de automóvel "Mercury", adquirido pela Secretaria do Interior e Segurança Pública.

João Pessoa, 12 de agosto de 1946.

Oswaldo Pessoa — Presidente.

Publicada na Secretaria do Conselho Administrativo do Estado da Paraíba, em 12 de agosto de 1946.

João Araújo Dias — Secretário.

RESOLUÇÃO N.º 123 de 12 — 8 — 1946.

Aprova o projeto do decreto-lei da Prefeitura de Sapé, anulando saldo de dotações orçamentárias, na importância de Cr\$. 8.175,00 e abrindo crédito suplementar equivalente.

O Conselho Administrativo do Estado da Paraíba, em sessão de 12 agosto de 1946, adotou a seguinte

RESOLUÇÃO:

É aprovado o projeto de decreto-lei da Prefeitura Municipal de Sapé, constando do parecer n.º 134 publicado em 7 do corrente, que abre o crédito suplementar de Cr\$. 8.175,00, com os recursos da anulação de saldo de dotações orçamentárias, do orçamento vigente.

João Pessoa, 12 de agosto de 1946.

Oswaldo Pessoa — Presidente.

Publicada na Secretaria do Conselho Administrativo do Estado da Paraíba, em 12 de agosto de 1946.

João Araújo Dias — Secretário.

RESOLUÇÃO N.º 124 de 12 — 8 — 1946.

Aprova o projeto de decreto-lei da Interventoria Federal, que cria funções gratificadas na Secretaria de Educação e Saúde.

O Conselho Administrativo do Estado da Paraíba, em sessão de 12 agosto de 1946, adotou a seguinte

RESOLUÇÃO:

É aprovado o parecer n.º 140, publicado no dia 10 do corrente, ao projeto de decreto-lei da Interventoria Federal, criando funções gratifi-

cas na Secretaria de Educação e Saúde.

João Pessoa, 12 de agosto de 1946.

Oswaldo Pessoa — Presidente.

Publicada na Secretaria do Conselho Administrativo do Estado da Paraíba, em 12 de agosto de 1946.

João Araújo Dias — Secretário.

RESOLUÇÃO N.º 125 de 12 — 8 — 1946.

Aprova o projeto de decreto-lei da Prefeitura de Souza, autorizando a vender em hasta pública, o domínio útil de duas áreas de terra, pertencente ao patrimônio municipal.

O Conselho Administrativo do Estado da Paraíba, em sessão de 12 agosto de 1946, adotou a seguinte

RESOLUÇÃO:

É aprovado o projeto de decreto-lei da Prefeitura Municipal de Souza, encaminhado, a este Conselho, com o ofício da Interventoria Federal sob n.º 334, que autoriza o Prefeito a vender em hasta pública, duas áreas de terra situadas na cidade daquele nome, na forma do projeto.

João Pessoa, 12 de agosto de 1946.

Oswaldo Pessoa — Presidente.

Publicada na Secretaria do Conselho Administrativo do Estado da Paraíba, em 12 de agosto de 1946.

João Araújo Dias — Secretário.

RESOLUÇÃO N.º 126 de 12 — 8 — 1946.

Aprova o projeto de decreto-lei da Prefeitura Municipal de João Pessoa, que reestrutura e cria carreiras, eleva padrões de vencimentos, reajusta e cria funções gratificadas, concede aumento ao pessoal inativo e dá outras providências.

O Conselho Administrativo do Estado da Paraíba, em sessão de 12 agosto de 1946, adotou a seguinte

RESOLUÇÃO:

É aprovado o parecer n.º 139, publicado em 10 do corrente, ao projeto de decreto-lei da Prefeitura de João Pessoa, reestruturando e criando carreiras, elevando padrões de vencimentos, reajustando

e criando funções gratificadas, concedendo aumento ao pessoal inativo e dando outras providências.

João Pessoa, 12 de agosto de 1946.

Oswaldo Pessoa — Presidente.

Publicada na Secretaria do Conselho Administrativo do Estado da Paraíba, em 12 de agosto de 1946.

João Araújo Dias — Secretário.

RESOLUÇÃO N.º 127 de 12 — 8 — 1946.

Aprova o projeto de decreto-lei da Prefeitura de Sapé abrindo o crédito especial de Cr\$... 42.538,70, destinado ao pagamento de débitos de exercícios anteriores.

O Conselho Administrativo do Estado da Paraíba, em sessão de 12 agosto de 1946, adotou a seguinte

RESOLUÇÃO:

É aprovado o projeto de decreto-lei da Prefeitura Municipal de Sapé, que abre o crédito especial de Cr\$... 42.538,70, destinado ao pagamento de débitos de exercícios passados, conforme parecer n.º 130 publicado em 6 de agosto do corrente ano. João Pessoa, 12 de agosto de 1946.

Oswaldo Pessoa — Presidente.

Publicada na Secretaria do Conselho Administrativo do Estado da Paraíba, em 12 de agosto de 1946.

João Araújo Dias — Secretário.

DEPARTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO

EXPEDIENTE DO DIRETOR GERAL DO DIA 23 DE JULHO.

Processo n.º 2051/46 — D. S. P. — Ovidio Gouveia Filho, ajudante de tesoureiro, padrão E, requerendo seis meses de licença para tratar de interesses particulares.

* * *

A vigente legislação não prevê o afastamento do funcionário em comissão para tratar de interesses particulares.

Trata-se de uma modalidade de licença atribuída ao funcionário efetivo, e cuja concessão está sempre condicionada a conveniência ou não para o serviço público.

No caso em apreço, vale esclarecer que o Departamento da Fazenda onde trabalha o funcionário interessado não se opõe à concessão da licença de que se trata.

A vista do exposto, o D. S. P. submete o presente processo à consideração do Senhor Interventor Federal que julgará como achar mais acertado.

D. S. P., em 23 de julho de 1946.

Otávio Costa,
Diretor Geral.

Deferido. Em 9-8-46. — (as.) Odon Bezerra Cavalcanti.

EXPEDIENTE DO DIRETOR GERAL DO DIA 9 DE AGOSTO.

Processo n.º 2421/46 — D. S. P. — Armando Cabral Nóbrega, extranumerário contratado do Departamento do Serviço Público, solicitando rescisão do contrato.

* * *

O D. S. P. submete à consideração do Senhor Interventor Federal o processo em apreço, acompanhando do expediente consubstanciando o assunto, na forma por que deve ser expedido.

D. S. P., em 9 de agosto de 1946

Otávio Costa,
Diretor Geral.

Aprovo. Em 9-8-46. — (as.) Odon Bezerra Cavalcanti

Processo n.º 2437/46 — D. S. P. — A Secretaria de Educação e Saúde encaminhando o pedido de dispensa da professora contratada, Maria do Carmo Barbosa dos Santos.

* * *

O D. S. P. nada tem a opor ao pedido formulado pelo que ao submeter à consideração do Senhor Interventor Federal o processo faz juntar a minuta do ato, objetivando a medida

pleiteada, em condições de ser expedido.

D. S. P., em 9 de agosto de 1946

Otávio Costa,
Diretor Geral.

Aprovo. Em 9-8-46. — (as.) Odon Bezerra Cavalcanti.

Processo n.º 2444/46 — D. S. P. — A Secretaria de Educação e Saúde encaminhando a proposta do Departamento de Educação no sentido de ser rescindido o contrato da Inspetor de Alunos, Maria das Neves Santos.

* * *

O D. S. P. submete à consideração do Senhor Interventor Federal a proposta em apreço, acompanhada da minuta do ato objetivando o assunto, na forma por que deve ser expedido.

D. S. P., em 9 de agosto de 1946.

Otávio Costa,
Diretor Geral.

Aprovo. Em 9-8-46. — (as.) Odon Bezerra Cavalcanti

Processo n.º 2440/46 — D. S. P. — A Secretaria de Educação e Saúde encaminhando a proposta do Departamento de Educação no sentido de ser rescindido o contrato da professora Severina Gonçalves de Carvalho.

* * *

O D. S. P. submete à consideração do Senhor Interventor Federal o processo em apreço, acompanhando do expediente consubstanciando o assunto, na

forma por que deve ser assinado.

D. S. P., em 9 de agosto de 1946.

Otávio Costa,
Diretor Geral.

Aprovo. Em 9-8-46. — (as.) Odon Bezerra Cavalcanti.

DIVISÃO DE PESSOAL

EXPEDIENTE DO DIRETOR DO DIA 12:

Petições:

De Pedro Vilar, Guarda Civil classe B, requerendo licença para tratamento de saúde. — Submeta-se à inspeção médica no Centro de Saúde desta capital.

De Salvino Fortunato de Oliveira, extranumerário diarista, com regalias de funcionário, requerendo no mesmo sentido. — Igual despacho.

De Cantidio Gomes Moreira, extranumerário diarista, requerendo no mesmo sentido. — Igual despacho.

De Inês Carlos da Silva, extranumerário mensalista, requerendo prorrogação de licença. — Submeta-se à inspeção médica no Posto de Higiene de Umbuzeiro. De Francisca Bezerra, extranumerário contratado, requerendo licença para tratamento de saúde. — Submeta-se à inspeção médica no Posto de Higiene de Cajazeiras.

De Alice Marques, extranumerário mensalista, requerendo prorrogação de licença. — Submeta-se à inspeção médica no Centro de Saúde desta Capital.

SECRETARIA DO INTERIOR E SEGURANÇA PÚBLICA

DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL

EXPEDIENTE DO SECRETÁRIO DO DIA 12:

Portarias:

O Secretário do Interior e Segurança Pública, usando da atribuição que lhe confere o art. 7.º, do decreto-lei estadual n.º 478, de 1.º de outubro de 1943, resolve exonerar o bel. Antonio dos Santos Coêlho do cargo de sub-delegado de Polícia do distrito da Pe-

soa, município de João Pessoa.

O Secretário do Interior e Segurança Pública, usando da atribuição que lhe confere o art. 7.º, do decreto-lei estadual n.º 478, de 1.º de outubro de 1943, resolve nomear o sr. Paulino dos Santos Coêlho para exercer o cargo de sub-delegado de Polícia do distrito da Penha, município de João Pessoa.

DELEGACIA DE TRANZITO E VIGILANCIA

EXPEDIENTE DO DELEGA- DO DO DIA 12:

Despacho de petições:

N.º 6581, de Severino Florenço de Lima. — Deferido.

N.º 6619, de Maria das Dores Neiva. — Submetido a exame.

N.º 6616, de Francisco Pedro de Pontes. — Deferido.

N.º 6630, de Geraldo Chaves de Souza. — Igual despacho.

Mems. 163 a 166, da 3.ª C.T. — Averbasse.

N.º 6647, de Edmundo Guedes Pereira. — Como requer, pagando o imposto devido.

N.º 6648, de Abilio Mar-

ques da Cruz. — Como requer.

Arrecadação:

Esta Delegacia durante o mês de julho arrecadou e recolheu aos cofres do Estado, a quantia de Cr\$ 44.411,00, conforme des- criminação abaixo:

Seccão de Transito — Cr\$ 8.855,00, inclusive Cr\$ 1.540,00 de multas, Posto de Taboiana — Cr\$ 975,00.

Posto de Monteiro — Cr\$ 2.810,00, inclusive Cr\$ 50,00 de multas.

2.ª C.T. — Cr\$ 1.455,00.

3.ª C.T. — Cr\$ 16.130,00, inclusive Cr\$

3.680,00 de multas.

4.ª C.T. — Cr\$ 7.752,00.

6.ª C.T. — Cr\$ 6.404,00, inclusive Cr\$ 320,00 de multas. Total — Cr\$ 44.411,00.

3.º — Cuestá Abajo — tango de Gardal.

18,25 — Informações do Departamento de Publi- cidade.

18,30 — Programa com Pascoal Carrilho — Acomp. Regional. 1.º — Antes tarde do que nunca — samba de Luiz Bandeira; 2.º — Seu Macario — samba de Ary Barroso; 3.º — Última chance — samba de Roberto Martins.

18,45 — Programa com Jacy Cavalcanti — Acomp. Violões. 1.º — Santa Tere- zinha — valsa de Anteno- genes Silva; 2.º — Lagri- mas — valsa de Candido das Neves; 3.º — Até o mar chorou — valsa de Antenogenes Silva e Mi- guel Lima.

19,00 — Noticiário In- ternacional.

19,05 — Inglês pelo rá- dio — Retransmissão da SRC de Londres.

19,15 — Programa com gravações (complemento).

19,20 — Boletim espor- tivo.

19,30 — Retransmissão do noticiário radiofônico do D. N. I.

20,00 — Programa com o Quinteto Tabajara — Di- reção de Nozinho. 1.º — H. O. — choro de Moacir Santos; 2.º — Trust — choro de Bolívar Duarte.

20,15 — Programa com Judite Pessoa — Acomp. Regional. 1.º — Tinha gra- ça — samba de Valdemar Gomes; 2.º — Bolsinha de feira — samba de Max Bulhões; 3.º — Lar, doce lar — samba de Dunga e C. de Alencar.

20,30 — Programa com a Jazz Tabajara — Direção de Nozinho. 1.º — Midni-

ght in Paris — rumba de Herb Magioson; 2.º — Pa-

raquedista — chero de José Leocadio — Arr. de Severino Araujo; 3.º — Valsa da despedida — de Victor Herbert — Arr. em ritmo de samba por Nozi- nha.

21,00 — Jornal Inter- nacional da Fábrica Sa- nhauá.

21,07 — Programa com gravações (complemento).

21,15 — Comentário do dia — Retransmissão da EBC de Londres.

21,30 — Jornal Oficial do Estado — Divulgação do Departamento de Publi- cidade.

21,35 — Programa com a Orquestra Serenata — Direção de Hercílio Paiva.

1.º — Murmúrio da noite

— valsa de Raul de Moraes;

2.º — Calvario de uma alma — valsa de Raul Mo- rais; 3.º — Rosa desfolha- da, valsa de Zequinha de Abreu.

22,00 — Programa com José Paulo — Acomp. Re- gional. 1.º — Confirmação

— samba de José Miranda;

2.º — Ela não me esqueço

— samba de Rutnaldo Sil- va e Alcebiades Barcelos;

3.º — Comício em Man- gueira — samba de Wilson

Batista.

22,15 — Programa com Antonio Siqueira — Acomp.

Violões. 1.º — Volta para mim — valsa de Roberto

Martins; 2.º — Silêncio —

valsa de Nelson Ferreira;

3.º — Bela — valsa.

22,30 — Boa noite —

Característica.

Locutores: Carmelo San- tos Coêlho, Magna Araújo

e Haiton Santos

DEPARTAMENTO DE PUBLICIDADE

DEMONSTRAÇÃO DO MOVIMENTO DA TESOUREARIA DA
DIVISÃO DE IMPRENSA OFICIAL, CORRESPONDENTE AO
DIA 10 DE AGOSTO DE 1945

RECEITA

Recebido:		
Publicações	100,00	
Impressos	20,00	120,00

DESPESA

Recolhido ao Departamento da Fazenda	120,00	120,00
--------------------------------------	--------	--------

Resumo:		
Recolhido até o dia 9 de agosto andante	116.265,00	
Idem no dia 12	120,00	116.385,00

Divisão de Imprensa Oficial — João Pessoa, 12 de agosto de 1946.

Raphael da Silveira — Tesoureiro.

VISTO: — José de Cerqueira Rocha — Diretor Geral.

DIVISÃO DE RÁDIO

DIFUSÃO

RADIO TABAJARA DA PARAIBA

Frequência 1.110 Kcs.

Ondas largas de 270 metros.

Programa para hoje:

09.00 — Característica.

— Bom dia da P. R. I. - A.

09.05 — Boletim econô- mico. — Oportunidades comerciais.

09.10 — Seleções musi- cais. — Gravações selecio- nadas.

10.00 — Parada de me- lodias

10.30 — Noticias para a mulher — modas — culiná- rias.

10.35 — Cont. de Para- da de melodias

11.45 — Informações do

Departamento de Publicida- de.

12.00 — O mundo em re- vista. — Noticiário interna- cional.

12.07 — Cont. de Para- da de melodias.

12.30 — Retransmissão da BBC de Londres.

12.45 — Cont. de Para- da de melodias.

13.00 — Boa tarde. — Intervalo.

17.00 — O boa tarde so- noro com gravações selecio- nadas.

18.00 — Ave Maria.

Programa de estudio:

18.05 — Programa com Carlos Bueno — Acomp.

Piano. 1.º — Desaliento —

tango de Armando Baliotti.

2.º — Madreselva — tan- go de Francisco Canaro;

SECRETARIA DAS FINANÇAS

EXPEDIENTE DO SECRE- TÁRIO DO DIA 12:

Petições:

N.º 11.281, de Severino Brasil S.A. — Deferido.

Francisco da Silva. — Ar- quiveado.

N.º 11.721, do Banco do

DEPARTAMENTO DA FAZENDA

DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA E DESPESA NO DIA 8 DO CORRENTE MÊS

RECEITA:

	Cr\$	Cr\$
Saldo anterior		424.443,00
Recebedoria de J. Pessoa — Ple.		
arr. dia 7	31.100,00	
Coletoria Est. de Alagôa Grande —		
Ple. arr. de julho	40.000,00	
Colet. Est. de São João do Cariri		
— Idem	10.000,00	

Deleg. de Transito e Vigilancia —		
Taxa Serv. de Transito	525,00	
José Maria de Lima — Renda industrial	10,00	
João Batista Monteiro — Idem ..	10,00	
Antonio José da Cruz — Idem ..	10,00	
Gilvandra Figueiredo Guimarães —		
Idem	10,00	
Dr. Roberto Granville — Divida ativa	280,50	81.945,50

Total Cr\$ 506.388,50

DESPESA:

	Cr\$	Cr\$
3763 — Araujo & Cia — Conta ..	2.818,00	
3787 — Os mesmos — Conta . . .	1.264,00	
3788 — Os mesmos — Conta . . .	4.688,00	
3761 — Os mesmos — Conta . . .	465,00	
3756 — Os mesmos — Conta . . .	750,00	
3720 — Os mesmos — Conta . . .	827,00	
3762 — Os mesmos — Conta . . .	339,00	
3225 — Abdon Miranda & Cia. Ltda.		
— Contas	180,00	
3320 — Abdon Miranda & Cia. Ltda.	325,00	
3107 — Abdon Miranda & Cia. Ltda.		
— Conta	38,00	
3767 — Carlos Guimarães & Cia. —		
Conta	563,00	
3769 — Os mesmos — Conta . . .	886,00	
3785 — José Araújo — Conta . . .	1.205,00	
3786 — O mesmo — Conta	2.100,00	
3789 — João Pontes — Conta . . .	2.596,90	
3772 — A. Batista de Araújo —		
Conta	774,50	
3791 — O mesmo — Conta	4.833,00	
3765 — Waldemar Aranha — Conta	1.288,00	
3784 — Antonio Di Lorenzo —		
Conta	17.369,90	
3793 — Assistência a Psicopatas		
(João de Souza Coutinho)		
Folha de pagamento	16.512,90	
3495 — José Cavalcanti Chaves (Sec.		
Agricultura) Adiantamento	1.000,00	
3693 — Carlos Peixoto de Vascon-		
cêlos (D.S.P.) — Idem ..	200,00	
3694 — Maximiano Lopes Machado		
(Colégio Est. da Paraíba) —		
Idem	10.800,00	
3645 — Adalberto Mendonça (Dep.		
da Produção) — Idem ..	300,00	
3775 — Messina Leite Dantas (Dep.		
de Educação)	3.200,00	
3764 — Maria das Mercês Jesús —		
Vencimentos	400,00	
3792 — Maria Ivanovitch Machado		
Chaves — Idem	1.200,00	
3679 — José Pereira de Araújo —		
Desp. realizadas	655,00	
3727 — O mesmo — Idem	1.380,00	
3729 — O mesmo — Idem	1.466,00	
3733 — Pedro Paulo da Silva Pessoa		
— Idem	1.185,90	
3776 — Francisco Alves dos Santos		
Idem	45,00	
3289 — Arnaldo Leite — Diárias ..	125,00	81.780,10
Saldo balanceado		424.608,40
Total Cr\$		506.388,50

Tesouraria Geral do Departamento da Fazenda, em 8 de Agosto de 1946.

Inácio Gouveia — Resp. pela Tesouraria Geral.
J. Florentino Junior — Diretor Geral.

PROCURADORIA DO DOMINIO DO ESTADO

AVISO

De ordem do sr. dr. Procurador do Dominio do Estado, ficam convidados os foreiros de Terrenos do Estado abaixo discriminados, a comparecer com a necessária urgência á sede da Procuradoria, sita no 3.º andar do prédio da Secretaria das Finanças, á rua Gama e Melo, nesta Capital.

Sra. Miguel Freire, Gilberto Freire, Eliseu Campos, João da Costa Cabral, Severina de Araujo, Braz Masiglia, Alice Ferreira Rufo, Alfredo Ataíde, Maria Amelia C. de Avelar, Cicero Sabino dos Santos, Secundino Toscano de Brito, José Francisco de Moura e Silva, Joaquim Moreira Lima, Eduarda, Cicera F. de Araujo e Maria Ferreira, Diana, Maria das Neves e João Vasconcelos, Marcolino de Freitas, Inês Maria da Conceição, João Gomes Carneiro Irmão, Luiza Melania Rodrigues, Firmino Caetano Alves de Lima, José Matias de Oliveira, José Marinho da Silva, Maria A. Cavalcanti Barbosa, José Pereira de Almeida, Hemeterio Cisneiro, Dimas, Divaldo, Dinalva, Diana, Ascendino e Maria Luana, Antonio Bezerra Pacote, Maria Umbelina de Mendon-

ça, Euclides dos Santos Leal, Emilia Marques Correia de Azevedo, Ivony Mendonça, Orestes de Almeida e Albuquerque, Severino Rodrigues Correia, Ovidio L. de Mendonça, União Beneficente de Operários e Trabalhadores, Paulo Miranda, Jocelino Môla, dr. Manuel Idelfonso de O Azevedo, Vital Ferreira da Nóbrega, José Gomes da Silveira, Antonio Silverio, Carlos Picorelli, Maria Trocoli Crudo, João Dutra de Andrade, Ascendino Azevedo, Antonio Cimaco Ximenes, Gastão Nunes Vieira, Gercina de Araújo Rocha, Floriano Pacifico Alves, Geracina Querubina da Silva, Guilhermina Maria da Conceição, Antonio C. Souza Santos, Severina Silva, Maria da Conceição Diniz, Pedro Gonçalves Burity, João Francisco Alves, David Chapiro, Maria Eudocia de Brito Jurema e Maria Elvira de Brito Jurema, Odilon Candido da Silva, Diogenes Gomes da Silva.

Procuradoria do Dominio do Estado, 8 de agosto de 1946.

Néusa Machado do Amaral — Arquivista.

Mário Antonio da Gama e Melo — Procurador do Dominio.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

EXPEDIENTE DO DIRETOR DO DIA 12:

Portarias

O Diretor do Departamento de Educação, no uso das atribuições que a lei lhe confere, resolve designar Maria do Livramento Bezerra, professora recentemente nomeada, classe B, para prestar serviços no Grupo Escolar "D. Santino Coutinho", da vila de Pilões, do municipio de Seraria.

O Diretor do Departamento de Educação, usando das atribuições que a lei lhe confere, resolve designar Maria Celeste Cabral, professora recentemente nomeada, classe B, para prestar serviços na escola elemental mista de Tauatuba, do municipio de Guabiruba.

O Diretor do Departamento de Educação, usando

das atribuições que a lei lhe confere, resolve designar Djanira Leite Gabriel, professora recentemente nomeada, classe B, para prestar serviços no Grupo Escolar "Dr. Miguel Santa Cruz", da cidade de Monteiro.

O Diretor do Departamento de Educação, usando das atribuições que a lei lhe confere, resolve designar Ezucarly de Andrade Lira, professora recentemente nomeada, classe B, para prestar serviços no Colégio "Cristo Rei", da cidade de Patos.

O Diretor do Departamento de Educação, no uso das atribuições que a lei lhe confere, resolve designar Maria Ramalho Feitosa, professora recentemente nomeada, classe B, para pres-

tar serviços no Grupo Escolar "Rio Branco", da cidade de Patos.

O Diretor do Departamento de Educação, usando das atribuições que a lei lhe confere, resolve designar

nar Nilza Regis da Silva, professora recentemente nomeada, classe B, para prestar serviços no Grupo Escolar "Apolonio Zenaide", da cidade de Alagôas Grande.

DEPARTAMENTO DE SAÚDE

EXPEDIENTE DO DIRETOR N.º 3096 — De Joaquim GERAL DO DIA 8: Ferreira de Andrade. — Indeferido.
Petição:

SECRETARIA DA AGRICULTURA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

A V I S O

Tendo este Departamento de proceder o respectivo registro dos mesmos.
Departamento de Estradas de Rodagem do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 12 de agosto de 1946.
Byron Brayner — Chefe de Seção A.

MONTEPIO DO ESTADO DA PARAÍBA

EXPEDIENTE DO PRESIDENTE DO DIA 12.
Petição:
De Murilo Veloso Lopes, pedindo para construir casa para sua residência. — Despacho: Atendido.
Montepio do Estado da Paraíba, 12 de agosto de 1946.

BOLETIM DE RECEITA E DESPESA DO DIA 6 DE AGOSTO DE 1946

RECEITA:

Receita Ordinária:		
Premios de Seguros	335,10	
Taxas e Emolumentos:		
Taxas de Expediente	50,00	385,10
Receita Patrimonial:		
Juros de Empr. Rápidos	165,70	
Alugares de prop. do MEP.	100,00	650,80
Receita Extraorçamentária		
Bancos e Correspondentes	5.000,00	
Empréstimos Rápidos	745,00	
Empréstimos a Longo Prazo	556,00	
Dep. de segurados p/c de casa ..	728,00	7.029,00

Soma da Receita do dia	7.679,80	
Saldo do dia 3	19.385,80	
	27.066,60	
Saldo nos Bancos	80.564,80	
TOTAL Cr\$	107.631,40	

DESPESA:

Despesa Administrativa:		
Diversos	140,00	140,00
Despesa Extraorçamentária:		
Empréstimos Rápidos	6.420,00	
Empréstimos a Longo Prazo	1.658,00	
Imóveis	259,20	8.335,20

Soma da despesa do dia	8.475,20	
Saldo para o dia 7 em caixa ..	18.591,40	
	27.066,60	
Saldo nos Bancos	80.564,80	
TOTAL Cr\$	107.631,40	

Montepio do Estado da Paraíba, em 6 de agosto de 1946.
VICENTE LOMBARDI, Tesoureiro.
Visto: — VIRGILIO CORDEIRO, Presidente.
Confere: NAPOLEAO CRISPIM — Contador.

BOLETIM DE RECEITA E DESPESA DO DIA 7 DE AGOSTO DE 1946

RECEITA:

Receita Ordinária:		
Premios de Seguros	498,00	498,00
Receita Patrimonial:		
Juros de Empréstimos Rápidos	128,50	626,50
Receita Extraorçamentária		
Empréstimos Rápidos	740,00	
Empréstimos a Longo Prazo	490,00	
Alugares de Casas a Prazo	119,60	1.349,60
Soma da Receita do Dia	1.976,10	
Saldo do dia 6, em caixa	18.591,40	
	20.567,50	
Saldo nos Bancos	80.564,80	
TOTAL Cr\$	101.132,30	

DESPESA:

Despesa Administrativa:		
Pessoal Fixo	933,30	
Arretratos, Portes, Telgs.	10,20	943,50
BENEFÍCIOS		
Pensões per Morte	3.375,50	
Salários-Funerais	300,00	3.675,50
Despesa Extraorçamentária:		
Empréstimos Rápidos	9.980,00	
Restos a pagar	65,00	
Imóveis	716,00	10.761,00
Soma da despesa do dia	15.389,20	
Saldo para o dia 8, em caixa ..	5.197,30	
	20.586,50	
Saldo nos Bancos	80.564,80	
TOTAL Cr\$	101.132,30	

Montepio do Estado da Paraíba, em 7 de agosto de 1946.
VICENTE LOMBARDI — Tesoureiro.
Visto — VIRGILIO CORDEIRO — Presidente.
Confere: NAPOLEAO CRISPIM — Contador.

BOLETIM DE RECEITA E DESPESA DO DIA 8 DE AGOSTO DE 1946

RECEITA

Receita Ordinária:		
Premios de Seguros	695,00	
Taxas e Emolumentos:		
Taxas de Expediente	2,00	697,00
Receita Patrimonial		
Juros de Empr. Rápidos	253,60	950,60
Receita Extraorçamentária		
Bancos e Correspondentes	10.000,00	
Empréstimos Rápidos	1.440,00	
Empréstimos a Longo Prazo	2.307,40	
Empréstimos Hipotecários	546,00	
Dep. de segurados p/c de casas ..	5.000,00	19.293,40
Soma da Receita do dia	20.241,00	

Saldo do dia 7	5 137,30	Despesa Extraorçamentária		
		Empréstimos Rápidos	8.780,00	
Saldo nos Bancos	25.431,30	Empréstimos a Longo Prazo	4.305,00	13.085,00
	70.564,80			
TOTAL	Cr\$ 95.936,10	Soma da despesa do dia	17.175,00	
		Saldo para o dia 9, em caixa	8.256,30	
				25.431,30
		Saldo nos Bancos	70.564,80	
		TOTAL	Cr\$ 95.936,10	
		Montepio do Estado da Paraíba, em 8 de agosto de 1946		
		VICENTE LOMBARDI — Tesoureiro.		
		Visto: VIRGILIO CORDEIRO — Presidente.		
		Confere: NAPOLEAO CRISPIM — Contador.		

DESPESA

Despesa Administrativa:		
Despesas Diversas	244,00	
Aquisição, Livros p. Bibli.	123,00	367,00
BENEFÍCIOS		
Pensões por Morte	3.723,00	4.090,00

DIÁRIO DOS MUNICIPIOS

PREFEITURA DE JOÃO PESSOA

DECRETO-LEI N.º 10, de 12 de agosto de 1946

Institue o auxílio-natal de Cr\$ 500,00 em favor do filho recém-nascido do funcionário municipal.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOÃO PESSOA, usando da atribuição que lhe é conferida pelo artigo 12, n.º 1 do decreto-lei federal 1.202, de 8 de abril de 1939,

DECRETA:

Art. 1.º — Fica instituído o auxílio-natal na importância de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) em favor do filho recém-nascido do funcionário da Prefeitura Municipal de João Pessoa.

Art. 2.º — O auxílio será concedido exclusivamente à vista de certidão do registro civil do recém-nato e dentro do 1.º mês de vida da criança, não sendo atendidos requerimentos após esse período.

Art. 3.º — Serão beneficiados com o auxílio de que trata este decreto-lei os filhos recém-nascidos de servidores tanto efetivos, como interinos, comissionados, extra-numerários, mensaisistas ou diaristas, e operários, contando que tenham no mínimo, três anos ininterruptos de serviços prestados à Municipalidade.

Art. 4.º — Havendo dúvida em torno da idoneidade, procedência ou legitimidade do documento ou informação, o Prefeito mandará proceder por uma Comissão as sindicâncias necessárias, deliberando após parecer do Departamento Legal da Prefeitura.

Art. 5.º — Este decreto-lei entrará em vigor na data

de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de João Pessoa, 12 de Agosto de 1946

Manuel Ribeiro de Moraes — Prefeito.

Genésio Gambarra Filho — Secretário Geral.

EXPEDIENTE DO PREFEITO DO DIA 12:

PORTARIA N.º 192

O Prefeito do Município de João Pessoa, usando da atribuição que lhe é conferida no inciso V, do artigo 12, do decreto-lei federal n.º 1.202, de 8 de Abril de 1939, resolve conceder a Clarice Nóbrega, Enfermeira Auxiliar Referência III, do Departamento de Assistência Pública, trinta (30) dias de licença para tratamento de saúde, de acordo com o laudo médico apresentado, com os vencimentos integrais, a partir do dia 23 do corrente.

Prefeitura Municipal de João Pessoa, em 12 de Agosto de 1946.

Manuel Ribeiro de Moraes — Prefeito.

Petições:

N.º 4383 de Manuel Alves de Oliveira. — Deferido.

N.ºs 4365 de Felipe Vieira da Silva; 4469 de Benedito C Guedes; 4188 de Maria Aurea Martins da Silva; 4374 de Bianor Lins. — Deferido, pagando o que de direito.

N.º 3879 de Amanda Galvão de Sá. — Deferido, de acordo com o parecer do D. O. P., pagando o que de direito.

N.º 3702 de Mariêta Medeiros de Almeida. — Deferido, nos termos dos pareceres.

Ficam convidados a comparecer à Divisão de Tributação e Cadastro, José Ferreira de Lima (3.º sargento da Força Policial do Estado), João Climaco Monteiro da Franca, Pedro Cassiano Bezerra e Ubirajara Leite.

DIÁRIO DA JUSTICA

TRIBUNAL DE APELAÇÃO

SEGUNDA CAMARA

47.ª Sessão ordinária, em 12 de agosto de 1946

Presidência do exmo. des. Braz Baracuhy.

Secretário: dr. Euripedes Tavares.

Lida, foi aprovada a ata da reunião anterior.

Foram submetidos a julgamento os seguintes recursos:

Apelação Criminal n.º 1099, de João Pessoa. Relator des. José de Farias. Apelante Ci-

dronio Mororó; apelado Aristoteles de Sousa Filho.

Desprezadas as preliminares de nulidade do processo, deu-se provimento para preliminarmente julgar-se extinto a punibilidade, por desempate. Relator para o acórdão o exmo. des. Paulo Bezerril.

Recurso criminal n.º 511, de Caicára. Relator des. José de Farias. Recorrente Manuel Quirino de Sá; recorrida a Justiça Pública.

Deu-se provimento ao recur-

so, unanimemente.

Apelação Criminal n.º 1158, de Mamanguape. Relator des. Paulo Bezerril. Apelante Julio Francisco de Oliveira; apelada a Justiça Pública.

Desprezada a preliminar de nulidade do processo, "de meritis" deu-se provimento ao recurso, unanimemente.

Agravo de petição Civil n.º 342, de João Pessoa. Relator des. Paulo Bezerril. Agravante José de Matos; agravado o Estado da Paraíba.

Deu-se provimento ao recurso, unanimemente.

Apelação Civil n.º 1079, de Taboiana. Relator des. José de Farias. Apelantes Severino Avelino e sua mulher; apelado Manuel Pereira Borbes Filho.

Negou-se provimento ao agravo no auto de processo e deu-se provimento à apelação para anular-se a sentença recorrida.

Apelação Civil n.º 1065, de Campina Grande. Relator des. José de Farias. Apelante Sebastião Medeiros; apelados Marques de Almeida & Cia. Adiado a requerimento do dr. Manuel Maia.

Apelação Cível n.º 1037-A, de Catolé do Rocha. Relator dr. Manuel Maia. Apelante o Juízo; apelado Hosano Gonçalves Maia.

Adiado a requerimento do dr. Manuel Maia.

DISTRIBUIÇÃO INDEPENDENTE DE SORTEIO DO DIA 12/8/46.

TERCEIRA CAMARA

Reclamação n.º 51, de João Pessoa. Relator des. Paulo Bezerril. Reclamante Manuel Azevedo Barros. Reclamado o dr. Juiz de Direito da comarca de Picui.

POR SORTEIO

Agravo de Petição Cível "ex-officio". n.º 864, de Alagôa Nova. Relator des. Paulo Bezerril. Agravante o Juízo. Agravado João Domingos Batista.

Agravo de Petição Cível n.º 865, de Bananeiras. Relator dr. Manuel Maia. Agravante Antonio Bento Furtado de Mendonça. Agravado Manuel dos Santos.

Agravo de Petição Cível n.º 867, de Patos. Relator des. José de Farias. Agravantes Livio Lima & Cia. Agravado Massa Falida de L. Bezerra.

MOVIMENTO DE AUTOS DO DIA 12 DE AGOSTO.

Revisões:

Apelação Cível n.º 109, de João Pessoa. Relator des. Paulo Bezerril. Apelante o Juízo; apelados Getulio de Miranda Henriques e sua mulher.

Foram os autos á revisão do dr. Manuel Maia.

Embargos Infringentes n.º 53, na Apelação Cível n.º 1076, de Campina Grande. Relator des. José de Farias. Embargante Cicero Serafim; embargado Valentim Clemente de Sousa.

Foram os autos á revisão do exmo. des. Paulo Bezerril.

Despachos:

Apelação Criminal n.º 1222, de Ingá. Relator dr. Manuel Maia. Apelante José Marques de Almeida Sobrinho; apelados Gerson Tavares Bezerra e Sestião Verissimo.

Apelação Criminal n.º 1223, de Cajazeiras. Relator des. José de Farias. Apelante o Promotor Público; apelado Nilson Lopes Meireles.

Apelação Criminal n.º 1224,

de Caiçara. Relator des. Paulo Bezerril. Apelante Joana Batista da Conceição; apelado o Juízo.

Apelação Cível n.º 1131, de Santa Rita. Relator des. José de Farias. Apelante o Juízo; apelados Heleno Freire de Carvalho e sua mulher.

Relatório n.º 45, remetido ao Tribunal pelo dr. Juiz Corregedor (Procedido da comarca de Caiçara). Relator des. Paulo Bezerril.

Foram os respectivos autos com vista ao dr. Proc. Geral substituto.

Apelação Cível n.º 1116, de João Pessoa. Relator des. José de Farias. Apelante Euclides Bezerra Cavalcanti; apelado o Estado da Paraíba.

"Antes do relatório, é necessário, para instrução do julgamento, que se junte aos autos a numero do Orgão Oficial de 25 de janeiro de 1946, onde o representante do Estado diz haver sido publicado o ato de readmissão do apelante Euclides Bezerra Cavalcanti.

Para esse fim volto o processo á Secretaria".

Reclamação n.º 12, de João Pessoa. Relator des. Paulo Bezerril. Reclamante d. Isabel Dotin da Silva; reclamada d. Severina Pereira de Alcantara. "Avocar os autos da interdição, os mandar sustar-lhe o processamento em primeira instancia, equivale a dar á reclamação, que não é recurso processual estabelecido em lei, efeito suspensivo. A medida só poderia ser atendida, se se tratasse de mandado de segurança e caracterizada estivesse a hipótese do art. 324, § 2.º, do Cód. de Proc. Civil.

Tambem não é possível, assim de plano, mandar anexar os autos, que se acham no Juízo de origem, uma petição cuja juntada foi indeferida pelo dr. Juiz "a quo". Essa providencia importa na reforma do despacho do Juiz, e, se tiver cabimento, só pode ser tomada no julgamento final da reclamação.

Por estes motivos, indefiro o pedido".

Petição n.º 11, de João Pessoa. Relator des. Paulo Bezerril. Requerente Manuel Felix dos Santos.

"Solicitem-se informações ao Juiz enviando-lhe cópia da reclamação".

Pareceres:

Apelação Criminal n.º 1171, de Campina Grande. Relator

dr. Manuel Maia. Apelante Severino Vasconcelos; apelada a Justiça Publica.

Apelação Criminal n.º 1172, de Mamanguape. Relator des. José Floscolo. Apelante o promotor publico; apelado Henrique Fernandes de Farias.

Apelação Criminal n.º 1178, de Picui. Relator des. José Floscolo. Apelante Geraldo Dantas de Medeiros; apelado o Juízo.

Apelação Criminal n.º 1130, de Bananeiras. Relator des. Paulo Bezerril. 1.º Apelante o Representante do Ministério Publico; 2.º apelante Manuel Madalena da Silva; apelados a Justiça Publica e Antonia Gerônimo da Costa, vulgo "Del-fina Gerônimo".

Apelação Cível n.º 1042, de Sousa. Relator des. Paulo Bezerril. Apelantes João Alves da Silva e sua mulher; apelado D. Severino Maria da Soledade.

Devolviões com os respectivos pareceres.

Assinatura e Publicação de Acordãos:

Petição de "habeas-corpus" n.º 306, de João Pessoa. Relator des. Braz Baracuh. Impe-trante o bel. José de Miranda Henriques, em favor do paciente Jovino Belizio da Silva.

Recurso Criminal "ex-officio" n.º 540, de Piancó. Relator dr. Manuel Maia. Recorrente o Juízo; recorrido Fausto Tomaz de Lima.

Recurso Criminal "ex-officio" n.º 542, de Sousa. Relator des. Paulo Bezerril. Recorrente o Juízo; recorrido Joaquim Damião da Silva.

Apelação Criminal n.º 1105, de Mamanguape. Relator des. José de Farias. Apelante Amaro Cavalcanti de Lima; apelados Luiz Vidal de Negreiros e outros.

Apelação Criminal n.º 1170, de Mamanguape. Relator des. Paulo Bezerril. Apelante o Promotor Publico; apelado Manuel Bento do Nascimento.

Apelação Cível n.º 1095, de Piancó. Relator des. José de Farias. Apelantes Manuel da Costa Lima e sua mulher; apelados João Lopes Ferreira e sua mulher.

Reclamação n.º 11, de João Pessoa. Relator des. José de Farias. Reclamante o bel. Sinesio Guimarães; reclamado o Juízo da 2.ª vara.

Foram assinados em mesa e publicados na Secretaria, os respectivos acordãos.

DESPACHO DA PRESIDENCIA DO DIA 10:

Petição de Severino Fortunato da Silva. Interposto recurso extraordinário nos autos de Apelação Cível n.º 1103, de João Pessoa.

"Admito o recurso, que deve ser processado na forma da lei".

CONCLUSÃO DE ACORDAOS

Assinados na sessão do dia 12 de agosto:

Reclamação n.º 11, de João Pessoa. Relator des. José de Farias. Reclamante o bel. Sinesio Guimarães. Reclamado o Juízo da 2.ª vara.

"Acorda a Segunda Camara do Tribunal de Apelação, por unanimidade de votos, em julgar procedente á reclamação, mandando que seja anexada aos autos do agravo referido a certidão que de lá foi afastada, depois de desentranhada deste processo, onde foi junta a fls. 4".

Apelação Cível n.º 1095, de Piancó. Relator des. José de Farias. Apelantes Manuel da Costa Lima e sua mulher; apelados João Lopes Ferreira e sua mulher.

"Acorda a Segunda Camara do Tribunal de Apelação, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso e confirmar a sentença recorrida, pagas as custas por quem a elas sujeito".

EDITAL N.º 144

Faço ciente aos interessados que o exmo. des. Presidente designou o dia 19 de agosto corrente para os seguintes julgamentos pela Segunda Camara:

Recurso Criminal n.º 534, de João Pessoa. Relator des. José de Farias. Recorrente João Rodrigues de Melo. Recorrida a Justiça Publica.

Apelação Criminal n.º 1162, de Cajazeiras. Relator dr. Manuel Maia. Apelante o Promotor Publico; apelado Antonio Augusto Maciel.

Apelação Criminal n.º 1164, de S. João do Cariri. Relator des. Paulo Bezerril. Apelante o Promotor Publico; apelado Manuel Ginu.

Apelação Criminal n.º 1169, de Sousa. Relator des. José de Farias. Apelante o Promotor Publico; apelado Francisco A-nencio.

Apelação Cível n.º 1065, de Campina Grande. Relator des.

José de Farias. Apelante Sebastião Medeiros; apelados Marques de Almeida & Cia. Ltda.

Apelação Cível n.º 1037, A. de Catolé do Rocha. Relator dr. Manuel Maia. Apelante o Juízo; apelado Hosano Gonçalves Maia.

Apelação Cível n.º 1100, de Campina Grande. Relator des. Paulo Bezerril. Apelante Manuel Alves da Silva; apelados M. Eduardo & Cia.

Apelação Cível n.º 1072, de Pão de Açúcar. Relator des. Paulo Bezerril. Apelante Margal dos Santos; apelado o Juízo.

Para que chegue ao conhecimento de todos, faço publica o presente edital. Secretaria do Tribunal de Apelação em sua mulher.

João Pessoa, 12 de agosto de 1946. Euripedes Tavares — Sec.ário.

Entrada e Registro de Processos.

Deram entrada na portaria do Tribunal de Apelação, e foram registrados em protocolo, em 10 de agosto de 1946, os seguintes recursos:

Apelação Cível da comarca de Mamanguape. Apelantes — Dirceu Toscano de Brito e outros. Apelados — Irmãos Fernandes Ltda.

Apelação Cível da comarca de Sousa. Apelantes — José da Costa Lima e outros. Apelados — José de Sousa Lima e sua mulher.

pelo Diretor Geral do Departamento de Saúde e publicada em edital sob n.º 2, de 6/8/46.

gional Eleitoral, em João Pessoa, 12 de agosto de 1946. José Batista de Melo — Sec.ário.

TÍTULOS DE ELEITORES INSCRITOS ATE' OUTUBRO DE 1945

De acordo com a resolução do Tribunal Superior Eleitoral, em sessão de 6/8/46, os eleitores inscritos *ex-officio* até outubro de 1945 e que não receberam seus títulos, devem requerê-los, em petição de próprio punho, ao juiz eleitoral respectivo, até 30 de novembro do corrente ano.

(Nota da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral neste Estado).

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL

95.ª sessão ordinária, realizada em 12 de agosto de 1946.

Presidente: des. Flodoardo Lima da Silva.

Secretário: José Batista de Melo.

Presentes: Os juizes des. José de Farias e drs. Climaco Xavier da Cunha, Julio Rique Filho e Renato Teixeira Bastos e o Procurador Regional substituto, dr. Severino Pessoa Guimarães.

Foram tomadas as seguintes resoluções:

a) — Consulta, n.º 1648:

Consultante: Juiz Eleitoral da 18.ª zona. Relator: Juiz Renato Teixeira Bastos. — O Tribunal que os títulos não procurados em 1945, podem ser entregues, sendo que, quanto aos alistados "ex-officio", devem ser requeridos pelos interessados até 30 de novembro deste ano.

b) — Cancelamento de inscrição eleitoral, n.º 1628:

Procedencia: Juizo Eleitoral da 16.ª zona. Relator: Juiz Renato Teixeira Bastos. — O Tribunal mandou processar a exclusão, unanimemente.

c) — Cancelamento de inscrição eleitoral, n.ºs. 1476, 1480, 1484 e 1488:

Procedencia: Juizo Eleitoral da 32.ª zona. Relator: Juiz Climaco Xavier da Cunha. — O Tribunal mandou cancelar a segunda inscrição, unanimemente.

d) — Cancelamento de inscrição eleitoral, n.ºs. 1477, 1481 e 1485:

Procedencia: Juizo Eleitoral da 32.ª zona. Relator: Juiz Julio Rique Filho. — O Tribunal mandou cancelar a segunda inscrição, unanimemente.

e) — Cancelamento de inscrição eleitoral, n.º 1629:

Procedencia: Juizo Eleitoral da 16.ª zona. Relator: Juiz José de Farias. — O Tribunal mandou processar a exclusão, unanimemente.

Julgamentos designados para a sessão do dia 14 de agosto de 1946:

Juiz José de Farias: — Cancelamento de inscrição eleitoral, n.ºs. 1459, 1463, 1467 e 1471, procedentes do Juizo Eleitoral da 11.ª zona.

Juiz Climaco Xavier da Cunha: — Cancelamento de inscrição eleitoral, n.ºs. 1252, 1642 e 1646, procedentes dos juizes eleitorais da 16.ª, 42.ª e 42.ª zonas, respectivamente.

Juiz Julio Rique Filho: — Cancelamento de inscrição eleitoral, n.ºs. 1631, 1635 e 1647, procedentes dos juizes eleitorais das 42.ª, 42.ª e 17.ª zonas, respectivamente.

Juiz Renato Teixeira Bastos: — Cancelamento de inscrição eleitoral, n.ºs. 1458, 1462, 1466, 1470, 1472, 1478, 1482, 1486, 1632 e 1636, procedentes dos juizes eleitorais das 11.ª, 11.ª, 11.ª, 11.ª, 32.ª, 32.ª, 32.ª, 42.ª e 42.ª zonas, respectivamente.

EDITAL N.º 4

Qualificação "ex-officio"

Para conhecimento dos interessados, faço publico que foram qualificadas pelo exmo. dr. Renato Teixeira Bastos as pessoas constantes da lista enviada

JUSTIÇA DO TRABALHO JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO

Reclamação JCJ 435/46 procedente do município da Capital. Reclamante — Maurino Carneiro da Silva. Reclamado — Aristoteles de Sousa Filho — Caieira S. Miguel. Objeto — Despedida injusta, férias e diferença de salários. Solução — Conciliada em Cr\$ 500,00, Custas pelo reclamado, no valor de Cr\$ 46,40.

Reclamação n.º JCJ 436/46, procedente do município de Santa Rita. Reclamante — Sindicato dos Condutores de Veículos de Tração Animal, em favor de Joaquim José de Melo. Reclamado — Telemaco Santiago. Objeto — Anotação de Carteira Profissional. Fim — O trabalhador que vive por conta própria, adquirindo e vendendo produto de vários estabelecimentos, não está sob a dependência de qualquer proprietário para o efeito de pleitear contagem de tempo de serviço e consequente indenização. Solução — Improcedente. Custas pelo reclamante no valor de Cr\$ 10,40.

Reclamação n.º JCJ 437/46, procedente do município de Mamanguape. Reclamado — José Feodrippe de Sousa. Reclamante — Cia. de Tecidos Paulista — Fábrica Rio Tinto. Objeto — Consignação em pagamento. Solução — Adiado o julgamento para o dia 20 do corrente, às 14,15 horas.

Hoje serão julgadas as seguintes reclamações.

14 horas:

Reclamante — Pedro Alexandre da Silva. Reclamados — Araujo & Cia.

14,15 horas:

Reclamante — Luiz Targino da Silva. Reclamada — S/A I. R. F. Matarazzo.

14,30 horas:

Reclamantes — Adalberto Barbosa Bezerra e João Barbosa Bezerra. Reclamada — Cooperativa de Pesca.

Fica convidado a comparecer a esta Junta, a-fim-de tratar de assuntos de seu particular interesse, o sr. Manuel Sales da Silva.

NOTAS DO FÓRO

CARTORIO DO REGISTRO CIVIL — PROCLAMAS DE CASAMENTO

No cartório do escrivão Sebastião Bastos, desta Capital, correm proclamas dos contratantes seguintes:

Luiz José do Nascimento e Vicência da Conceição Macena, maiores, solteiros, naturais do Estado de Pernambuco, domiciliados e residentes nesta Capital, á Trav. Abel da Silva, 389.

Pedro Gomes de Lira, sargento reformado do Exército, viúvo, natural de Pernambuco e Ernestina Ferreira da Silva, natural deste Estado, sol-

teira, maiores, domiciliados residentes nesta Capital, á rua Francisco Manuel, 346.

Com proclamas já publicados:

Oriel Diniz Vale e Vanda Borges de Carvalho, Miguel Rogado e Amélia Etelvina de Oliveira, Luiz Gomes e Severina de Luna Sampaio.

CARTORIO DE ORÇÃOS E DA FAZENDA ESTADUAL

Movimento de autos do dia 12:

Ao dr. Juiz de Direito da 1.ª Vara: Arrolamento de D. Carmem Bastos Loureiro;

Ao distribuidor do Juizo:

LEGISLAÇÃO FEDERAL

DECRETO-LEI N.º 9.500, de 23 de julho de 1946

(Continuação)

Art. 80 — Os excluídos, por conclusão de tempo, das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros, antes de completarem quarenta e seis anos de idade, desde que ainda estejam fisicamente capazes, serão mantidos como reservistas, nas suas categorias, pelas respectivas Circunscrições de Recrutamento, dentro do escalão correspondente á idade que possuírem, conservando a graduação obtida.

Parágrafo único. As Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros, de que tratam os artigos precedentes compreendem apenas as corporações que em lei forem consideradas Reserva do Exército.

TÍTULO VII

Da antecipação, das interrupções, das prorrogações e da conclusão do serviço ativo

CAPÍTULO I

Do Voluntariado

Art. 81. As unidades das Forças Armadas, devidamente autorizadas pelos respectivos Comandantes de Região Militar, Distrito Naval ou Zona Aérea, poderão aceitar, na época da convocação da classe, voluntários para incorporação antecipada, no limite dos claros a preencher e pelo tempo que em cada caso for fixado em resolução Ministerial.

Art. 82 — O candidato á incorporação antecipada deverá satisfazer ás seguintes condições:

a) ser brasileiro nato;

b) ter boa conduta, atestada por autoridade policial;

c) completar dezessete anos de idade no ano civil em que pretender incorporar-se;

d) ser classificado no Grupo A em inspeção de saúde;

e) ser alfabetizado ou ter ofício de aplicação militar.

Art. 83 — Em qualquer tempo, se circunstâncias especiais o exigirem, poderão ser aceitos voluntários para preenchimento de claros, desde que haja expressa autorização ministerial.

Art. 84. — Aos brasileiros naturalizados, com menos de trinta anos, é facultado o voluntariado para incorporação em Corpo de Tropa, ou a matrícula em Tiro de Guerra ou em Centro de Formação de Reservista desde que satisfaçam ás condições das alíneas b, d e e do art. 82.

CAPÍTULO II

Das Interrupções do Serviço Militar

Art. 85 — O serviço ativo das Forças Armadas será interrompido:

a) pela anulação da incorporação,

b) pela desincorporação;

c) pela expulsão;

d) pela deserção.

§ 1.º — A anulação da incorporação ocorrerá nos casos em que tenha sido verificada irregularidade no recrutamento:

a) por moléstia em consequência da qual o incorporado é determinada pelo Comando Regional.

§ 2.º — A desincorporação ocorrerá:

(a por moléstia em consequência da qual o incorporado não mobilizável tenha faltado ao serviço durante noventa dias consecutivos ou não, hipótese em que a praça será excluída e terá a incorporação adiada;

b) por moléstia ou acidente que torne o incorporado definitivamente incapaz para o serviço militar, hipótese em que haverá exclusão e isenção definitiva;

c) por condenação irrecorrível, resultante da prática de crime comum, de caráter culposo, hipótese em que haverá inclusão na Reserva de primeira categoria se a praça for considerada mobilizável, ou exclusão e adiamento de incorporação, se não mobilizável.

§ 3.º — A expulsão ocorrerá:

a) por condenação irrecorrível, resultante da prática de crime comum, ou militar, de caráter doloso;

b) pela prática de ato contra a moral pública ou militar, ou falta grave que, na forma da lei ou de regulamentos militares, caracterize seu autor como indigno de pertencer ás Forças Armadas;

c) pelo ingresso no mau comportamento contumaz, de forma se tornar inconveniente á disciplina a permanência nas fileiras.

§ 4.º — O incorporado que responder a processo no foro comum será apresentado á autoridade competente que o requisitar, ou entregue á mesma no caso de prisão preventiva necessária ou de condenação passada em julgado.

§ 5.º — O incorporado que responder a processo no foro militar permanecerá na sua Unidade, mesmo como excedente.

CAPÍTULO III

Das prorrogações do tempo de serviço: Engajamento e Reengajamento

Art. 86. — Poderão continuar a servir como engajados, no limite das percentagens fixadas pelo Ministro da Guerra, da Marinha ou da Aeronáutica, os incorporados que, ao completarem o tempo de serviço inicial, solicitarem essa concessão e satisfizerem ás seguintes condições, além de outros requisitos que poderão ser exigidos em cada caso especial:

a) robustez física, reconhecida em inspeção de saúde;

b) comprovada capacidade de trabalho;

30 Ações Executivas Fiscais.

Aos Devedores Executivos:

O abaixo assinado, solicita a fiança do comparecimento ao Cartório da Fazenda Estadual, nas horas de expediente normal, de todos quantos efetuaram os pagamentos de seus débitos á Fazenda Estadual, sem ter recebido até hoje os comprovantes destes pagamentos.

João Pessoa, 12 de agosto de 1946.

O Escrevente autorizado — Rodrigo Maciel.

Para ciência dos interessados, torna publico o despacho proferido pelo Dr. Juiz de Direito da 1.ª Vara da Comarca da Capital, nos autos da Carta Precatória que foi dirigida do Juízo de Direito da Comarca de Paulista, Estado de Pernambuco, ao Juízo da 1.ª Vara desta Comarca. Vistos, etc. Julgo certo o calculo de fls. para que produza os seus devidos efeitos. Intimados os interessados, expeça-se guia para recolhimento do imposto devido á Fazenda Estadual. João Pessoa, 10-8-1946. Julio Rique. Nas conformidades do art. 168, § 1.º do C. P. C. tenho como intimados os intimados do referido despacho. O Escrevente autorizado — Rodrigo Maciel.

Para ciência dos interessados torna publico que o dr. Juiz da 3.ª Vara,

nos autos da ação ordinaria movida por Gonçalo Pedro da Silva, contra Fernando de Souza Rocha, proferiu o seguinte despacho:

As partes são legítimas e estão devidamente representadas. Não há qualquer nulidade ou irregular a sanar. Deferindo o pedido de vistoria, concedo ás partes o prazo de 24 horas para que se louvem em perito. Intime-se. João Pessoa, 12-8-1946. José Porto Paiva

Assim, nos termos do art. 168 § 1.º do C. P. C. Tenho como intimados os drs. Osias Gomes e Renato Bastos, advogados, respectivamente do autor e do réu.

João Pessoa, 12 de agosto de 1946
O Escrivão — Eunapio da Silva Torres.

Pelo dr. Juiz da 3.ª Vara, foi proferido despacho saneador designando a audiência de 9 do corrente, ás 14 horas, no Palácio da Justiça, sala da 3.ª Vara, para ter lugar a instrução e julgamento da ação executiva movida por Antonio Cruz & Cia. contra J. C. de Lima.

Assim, nos termos do art. 168 § 1.º do C. P. C. tenho como intimados o dr. Luiz de Oliveira Lima, advogado do exequente e ao réu.

João Pessoa, 12 de agosto de 1946.
O Escrivão — Eunapio da Silva Torres

c) boa conduta civil e militar;

d) menos de vinte e cinco anos de idade.

Art. 87. — No Exército, os engajamentos para prorrogação do tempo de serviço inicial serão concedidos pelos prazos seguintes:

a) de um ano, aos soldados sem especialidade;

b) de um ou dois anos, aos soldados artifices, especialistas, técnicos, motoristas e cabos em geral;

c) de três anos, aos músicos, sargentos em geral e aos soldados e cabos das unidades blindadas, de manutenção e aero terrestres.

Art. 88. — Poderão continuar a servir no Exército, como reengajados, no limite das percentagens fixadas pelo Ministro da Guerra, os engajados que solicitarem nova prorrogação, desde que satisfaçam aos requisitos das alíneas a, b e c do art. 86 e estejam em condições de obter acesso á graduação imediata.

§ 1.º — Os prazos de reengajamento no Exército serão de 2 anos para os engajados compreendidos nas alíneas a e b, do art. 87, e de 3 anos para os da alínea c do mesmo artigo.

§ 2.º — Só será concedido um reengajamento, ressalvadas as permissões previstas nesta lei.

Art. 89. — Aos terceiros sargentos do Exército, possuidores de curso que os habilite ao comando de pelotão ou seção, poderá ser permitido, a critério do Ministro da Guerra e no limite da metade do efetivo daquela graduação nos corpos de tropa e contingentes, o reengajamento para servirem até o limite de idade de permanência no serviço ativo, desde que satisfaçam as condições das letras a, b e c do art. 86.

Parágrafo único. Os sargentos pertencentes aos quadros especiais de radiotelegrafistas, topógrafos, instrutores, enfermeiros, enfermeiros-veterinários, ferradores, identificadores, músicos, bem como os possuidores de Cursos de Defesa Anti-Aérea, de Artilharia de Costa, de artifices e de especialistas de moto-mecanização, de tropa aero-terrestre ou de outros que a lei determinar, poderão reengajar até o limite de idade, satisfeitas as condições das letras a, b e c do art. 86.

Art. 90. — As praças do Exército que concluírem com aproveitamento os cursos das escolas Motomecanizadas ou Técnica de Aviação serão obrigadas a servir por dois anos, após a conclusão do curso.

Parágrafo único. — A's praças de que trata este artigo será permitido, quando houver interesse para o serviço, o reengajamento para servir até á idade limite, satisfeitas as condições das letras a b e c do art. 86.

Art. 91. — Na Marinha, a prorrogação do tempo de serviço inicial, pelo engajamento e reengajamento, será admitida em casos especiais, com observação dos seguinte preceitos:

a) só poderão engajar-se ou reengajar-se os que, ao completarem o tempo de serviço satisfizerem, além das exigências das letras a, b e c do art. 86, ás seguintes condições;

I, requisitos para promoção, se forem de graduação inferior a 1.º sargento;

II, requisitos para nomeação de sub-oficial, se forem primeiros sargentos;

III, menos de trinta anos de idade, se fôrem terceiros sargentos ou de graduação inferior;

IV, menos de quarenta anos de idade, se forem segundos ou primeiros sargentos.

b) Excepcionalmente, quando houver vantagens para o serviço, as praças de qualquer graduação que satisfaçam ás condições das letras a, b e c do art. 86, poderão ser engajadas ou reengajadas independentemente dos requisitos I a IV, desde que contem tempo de embarque e de exercício de função, os quais serão sempre exigidos integralmente para o engajamento e pela metade, para o reengajamento;

c) Os engajamentos e os reengajamentos serão concedidos pelo prazo de três anos.

Art. 92. — A permanência na Aeronáutica, como prorrogação do tempo de serviço, poderá ser concedida na forma abaixo, satisfeitas as condições regulamentares:

A — Engajamento.

I — Aos não possuidores de qualquer especialidade, que satisfizerem ás condições das letras a, b e c do artigo 86:

a) soldados, pelo prazo de um ano;

b) cabos, pelo prazo de dois anos;

c) sargentos, pelo prazo de três anos.

II — Aos que possuírem especialidades ou ofícios previstos nos regulamentos:

a) soldados, pelo prazo de dois anos;

b) cabos, pelo prazo de três anos;

c) sargentos, pelo prazo de quatro anos.

B — Reengajamento

I — Aos sem especialidades:

a) soldados, com o curso para cabo, pelo prazo de dois anos,

b) cabos, com o curso para sargento pelo prazo de dois anos;

c) sargentos, pelo prazo de três anos.

II — Aos que possuírem especialidade ou ofício previstos nos regulamentos;

a) soldados pelo prazo de dois anos;

b) cabos, pelo prazo de três anos;

c) sargentos, pelo prazo de três anos.

C — Renovação de reengajamento

Será concedido nas seguintes bases:

a) Aos soldados e cabos com especialidade ou ofício previsto nos regulamentos, por prazos sucessivos de três anos, até completarem nove anos de serviço ou trinta anos de idade;

b) sargentos, por prazos sucessivos de três anos, até atingirem o limite de idade e a critério do governo.

Parágrafo único. Será de cinco anos o tempo de serviço a que ficarão obrigados os sargentos que concluírem cursos de formação para qualquer especialidade prevista nos regulamentos da Força Aérea Brasileira.

Art. 93. No Exército, na Marinha e na Aeronáutica, os engajamentos e reengajamentos serão contados do dia imediato áquele em que terminar o período do serviço anterior.

Art. 94. — As praças do Exército, da Marinha e da Aeronáutica que, em operações militares, concluírem o tempo de serviço inicial ou de engajamento, serão desde logo e automaticamente havidas por engajadas ou reengajadas, pelo prazo que fôr julgado conveniente ao interesse dos serviço militar.

CAPITULO IV

Da Conclusão do Tempo de Serviço Ativo e do Licenciamento

Art. 95. — Compete aos órgãos de direção do Recrutamento dos Ministérios da Guerra, da Marinha e da Aeronáutica, elaborar e propôr o Plano Geral de Licenciamento dos respectivos Contingentes incorporados.

§ 1.º — O licenciamento dos incorporados nas épocas normais processar-se-á por turmas, devendo ter início depois de terminado o ano de instrução correspondente e ser ultimado antes de completar-se a incorporação da classe imediata.

§ 2.º — Os incorporados depois da época normal e os retardatários na instrução não poderão ser licenciados sem que tenham concluído seu tempo de serviço e sido considerados mobilizáveis.

Art. 96. — O licenciamento dos incorporados que não falarem correntemente o vernáculo poderá ser adiado de acordo com as ordens do Ministro da Guerra, da Marinha ou da Aeronáutica.

Art. 97. — O Ministros da Guerra, da Marinha ou da Aeronáutica poderão em todas ou em determinadas Regiões Militares, Distritos Navais ou Zonas Aéreas, adiar ou antecipar, até três meses, o licenciamento dos incorporados, engajados e reengajados.

Parágrafo único. Em caso de interesse excepcional, poderão fazê-lo por maior prazo, mediante autorização do Presidente da Republica.

Art. 98. — Para os efeitos do licenciamento, o tempo de serviço normal poderá ser considerado completado com o término do período de instrução da classe.

§ 1.º — Os insubmissos e desertores terão seu tempo de serviço contado da data da incorporação, não lhes sendo computado o período em que estiveram cumprindo sentença.

§ 2.º — Na Marinha o tempo de serviço das praças procedentes das Escolas de Aprendizes Marinheiros será contado do dia em que verificarem praça como grumetes.

Art. 99. — Os sargentos e cabos que tiverem mais de um ano nas suas graduações poderão ser licenciados em qualquer ocasião, se forem propostos á nomeação para cargo ou emprego civil federal, estadual ou municipal, ressalvada a obrigação de permanência no serviço especificada em regulamento de Cursos ou Escolas de Formação.

Art. 100. — A's praças engajadas e reengajadas com mais da metade do tempo de serviço a que se tiverem obrigado, será facultado o licenciamento mediante requerimento, desde que não haja prejuízo para o serviço militar.

Art. 101. — Os licenciados terão direito, dentro de trinta dias após o licenciamento, ao transporte, por conta da União, até o lugar, dentro do país, onde tinham seu domicílio quando foram incorporados, bem como ao abono de diárias de alimentação, arbitradas pelo Ministro da Guerra, de Marinha ou da Aeronáutica, por ocasião da aprovação dos Planos de Licenciamento.

TITULO VIII

Do serviço militar na reserva

CAPITULO I

Da inclusão na reserva

Art. 102. — Serão incluídos na Reserva de primeira categoria:

- a) as praças licenciadas do serviço ativo que, pelo menos, tenham sido consideradas mobilizáveis;
- b) os desligados das Escolas Militar, Naval, de Aeronáutica e Preparatórias, que tiverem, no mínimo, um ano de aproveitamento do curso.

Art. 103. — Serão incluídos na Reserva de segunda categoria:

- a) os originários do serviço ativo do Exército que tenham estado incorporados por mais de quatro meses e não tenham sido considerados mobilizáveis;
- b) os originários do serviço ativo da Marinha e da Aeronáutica que possuírem instrução insuficiente, contando mais de metade do tempo inicial de serviço;
- c) os que tiverem recebido instrução militar com aproveitamento nos Tiros de Guerra ou Centros de Formação de Reservistas;
- d) os ex-alunos do Colégio Militar que tenham concluído o curso;
- e) os ex-alunos das Escolas de Aprendizes-Marinheiros que não tenham sido incorporados ao concluírem o curso;
- f) os civis instruídos na forma do art. 78, após o licenciamento.

Art. 104. — Serão incluídos na Reserva de terceira categoria:

- a) os convocados que, julgados aptos em inspeção de saúde, tenham sido dispensados de incorporação consoante o disposto no art. 63;
- b) os que residirem em Município de incorporação dispensada, logo após o licenciamento de sua classe;
- c) os que interromperem ou deixarem o serviço ativo sem possuir instrução militar, se não tiverem incidido em qualquer dos casos de isenção previstos no art. 54 ou de adiamento previstos no art. 85.

CAPITULO II

Da disponibilidade

Art. 105. — Serão consideradas em disponibilidade e como tal pertencentes a Corpos de Tropa, Formações ou Órgãos de Serviço, as cinco classes de reservistas de qualquer categoria imediatamente mais antigas do que a que estiver convocada.

Parágrafo único — Enquanto permanecer nessa situação, o reservista não poderá mudar de domicílio, mesmo na própria

localidade, sem prévia comunicação ás Circunscrições de Recrutamento interessadas.

Art. 106. — O tempo de disponibilidade a que ficarão sujeitos os reservistas será contado:

- a) do dia imediato ao da data do licenciamento do serviço ativo, para os de primeira categoria;
- b) do dia 1 de janeiro do ano seguinte aquele em que fizerem jus ao respectivo certificado, para os reservistas de segunda categoria;
- c) da data de inclusão na Reserva, para os de terceira categoria.

Art. 107. — O reservista de uma das Forças Armadas, que não seja especialista e não esteja em disponibilidade, poderá ser transferido para outra, por intermédio do Ministério a que pertencer, ouvido o Ministério interessado.

Parágrafo único — O reservista que tiver servido a mais de uma das Forças Armadas ficará pertencendo á ultima dessas Forças.

CAPITULO III

Do Certificado de Reservista

Art. 108. — O Certificado de Reservista constituirá documento probante da prestação do Serviço Militar e terá o mesmo formato no Exército, na Marinha e na Aeronáutica.

§ 1.º — O modelo do Certificado de Reservista será estabelecido no Regulamento desta lei.

§ 2.º — Os Certificados de Reservista serão numerados, em cada uma das Forças Armadas.

CAPITULO IV

Das inspeções de saúde dos reservistas

Art. 109. — Os reservistas de todas as categorias estarão sujeitos, em qualquer tempo, á inspeção de saúde por Junta Militar, que os classificará de conformidade com o art. 46.

Parágrafo único — Os reservistas de qualquer categoria que forem classificados no Grupo D, serão excluídos da Reserva e receberão Certificado de Isenção.

CAPITULO V

Dos deveres dos reservistas

Art. 110. — Os reservistas de qualquer categoria deverão:

- a) em caso de convocação, apresentar-se nos locais e dias determinados pelos Comandos competentes das Forças Armadas;
- b) em caso de mudança definitiva de residência, cientificar, dentro de trinta dias, á Circunscrição de Recrutamento ou o órgão alistador mais próximo de sua residência, pessoalmente ou por escrito;
- c) no Dia do Reservista, apresentar-se no Posto designado.

Art. 111. — Os reservistas de qualquer categoria, que receberem diploma técnico ou científico em Escola de Ensino Superior, ou passarem a exercer ofício ou profissão de caráter técnico ou científico, deverão comunicar a ocorrência á Circunscrição de Recrutamento de seu domicílio.

CAPITULO VI

Do domicílio

Art. 112. — Todo cidadão, ao alistar-se, ao apresentar-se á convocação e ao receber certificado de reservista, fará declaração de domicílio.

Art. 113. — Todo alistado ou reservista que mudar de domicílio deverá comunicar, no prazo de trinta dias, pessoalmente ou por escrito, á Junta de Alistamento de seu Município ou á Circunscrição de Recrutamento, seu novo domicílio, excetuando o reservista da disponibilidade que procederá conforme o disposto no parágrafo único do art. 105.

Art. 114 — Para os efeitos desta lei, entende-se por domicílio o lugar em que o indivíduo estabelecer sua residência com animo definitivo.

TÍTULO IX

Das infrações e das penalidades

CAPÍTULO ÚNICO

Art. 115 — As infrações desta lei que chegarem a constituir crime definido no Código Penal Militar, tais como insubmissão, deserção, peculato, concussão, corrupção, prevaricação, falta de exação, falsidade ou outros crimes contra a administração ou o Serviço Militar, quer sejam praticados por militares, quer o sejam por civis, serão processadas e julgadas pela Justiça Militar.

Art. 116 — As penalidades cominadas nesta lei serão aplicadas sem prejuízo da ação penal que em qualquer caso couber.

Art. 117 — Incorrerão na pena de multa de 100 a 1.000 cruzeiros aqueles que:

a) não promoverem a apresentação ou a incorporação de chamados a incorporar-se, tendo obrigação de o fazer;

b) não promoverem a prisão de insubmissos, desde que tenham a obrigação de o fazer, ou deixarem de indicar às autoridades, se o conhecerem, o local onde os mesmos se encontram;

c) facilitarem ilegalmente meios para a isenção, adiamentos de incorporação ou ocultação de chamados a incorporar-se, ou criarem dificuldades á apresentação de convocados ou á captura de insubmissos ou desertores;

d) que derem asilo ao insubmisso ou o tomarem ao seu serviço, conhecendo-lhe a condição.

Parágrafo único — Tratando-se de militar ou funcionário incumbido da aplicação desta lei, as multas dêste artigo serão elevadas ao dobro.

Art. 118 — Incorrerão na pena de multa de 100 a 500 cruzeiros aqueles que empregarem indivíduos de dezessete a quarenta e cinco anos de idade, sem exigir-lhes a prova de se acharem em dia com seus deveres militares.

Art. 119 — Incorrerão na pena de multa de 50 a 500 cruzeiros as autoridades civis ou militares que, no exercício de função pública de qualquer natureza, retardarem por prazo superior a quinze dias ou dificultarem qualquer informação ou diligência solicitada pela Diretoria de Recrutamento, pelas Repartições desta dependentes ou Serviços correlatos da Marinha ou da Aeronáutica.

Art. 120 — Os funcionários públicos efetivos, interinos, em estágios probatório, em comissão, e os extranumerários de qualquer modalidade, da União, dos Estados, dos Territórios, dos Municípios e da Prefeitura do Distrito Federal, quando declarados insubmissos, ficarão suspensos dos cargos ou empregos, assim como privados dos respectivos vencimentos, perdendo-os definitivamente se forem condenados por sentença passada em julgado.

Parágrafo único — O disposto neste artigo estende-se aos servidores das organizações e entidades que exerçam funções por delegação do poder público, ou sejam por êstes mantidas ou administradas.

Art. 121 — Os chefes, diretores, gerentes, administradores de sociedades civis ou comerciais, associações, estabelecimentos mercantis ou não, instituto e colônias de qualquer natureza e ministros de qualquer religião, que não devolverem, no prazo legal as relações recebidas de qualquer autoridade competente para fins de Serviço Militar, ou as devolverem sem as devidas informações ou com omissão de qualquer nome ou com informações falsas, pagarão multa de 200 a 2.000 cruzeiros.

Art. 122 — Quem se negar a receber relações, qualquer comunicação ou documento enviados por autoridades executivas desta lei, ou recebendo, negar-se a assinar e a dar recibo, pagará multa de 100 a 1.000 cruzeiros.

Art. 123 — Quem deixar de apresentar o Certificado de Alistamento ou o Certificado de Reservista para as anotações regulamentares ou não fizer e comunicação de mudança de domicílio, ou a fizer erroneamente, pagará multa de 20 a 100 cruzeiros.

Art. 124 — O reservista que deixar de apresentar-se, no Dia do Reservista, sem motivo justificado, pagará multa de 50 cruzeiros.

Art. 125 — As autoridades civis ou militares que indevidamente retiverem documentos de situação militar pagarão multa de 200 a 2.000 cruzeiros.

Art. 126 — O chefe de qualquer repartição ou órgão com função prevista nesta lei, que recusar o recebimento de petição, justificação ou documento apresentado, ou que retardar por mais de quinze dias, o seu andamento ou não dêr o competente recibo, pagará multa de 200 a 2.000 cruzeiros.

Art. 127 — Quem não se alistar no prazo legal ou alistar-se mais de uma vez, pagará multa de 10 a 50 cruzeiros.

Art. 128 — Quem não se apresentar á época geral de inspeção de saúde da sua classe será considerado refratário e pagará multa de 10 a 50 cruzeiros.

Art. 129 — Quem extraviar ou inutilizar o Certificado de Alistamento pagará multa de 10 a 50 cruzeiros, outrossim incorrerá em multa de 20 a 100 cruzeiros aquele que extraviar ou inutilizar o Certificado de Reservista.

Art. 130 — O Chefe de Órgão Alistador que não afixar relações ou editais que para tal fim lhe tenham sido remetidos, pagará multa de 50 a 500 cruzeiros.

Art. 131 — Os responsáveis pela inobservância das prescrições do art. 140 pagarão multa de 200 a 1.000 cruzeiros.

Art. 132 — Os escrivães ou oficiais encarregados do Registro Civil, que não cumprirem, nos prazos regulamentares, os deveres que lhes são impostos por esta lei, incorrerão em multa de 100 a 500 cruzeiros.

Art. 133 — Incidirão em multa de 100 a 500 cruzeiros, elevada ao dobro na reincidência, os responsáveis pelas repartições ou estabelecimentos de ensino que deixarem de cumprir o disposto no art. 27.

Art. 134 — Todo aquele que deixar de cumprir qualquer obrigação imposta pela presente lei, para cuja infração não estiver prevista pena especial, incorrerá em multa de 10 a 100 cruzeiros, se for civil e não tiver função pública, elevada ao dobro se tiver função pública, e ao triplo se for militar.

Art. 135 — As multas estabelecidas nesta lei serão impostas pelo Chefe da Circunscrição de Recrutamento interessada, *ex-officio* ou mediante representação.

§ 1.º — Se o infrator for militar hierarquicamente superior ao chefe da Circunscrição de Recrutamento, o processo de multa será por êste remetido, convenientemente informado, ao Comando da Região Militar, Distrito Naval da Zona Aérea, conforme o caso a quem caberá decidir.

§ 2.º — As multas estabelecidas nesta lei, quando concorrerem com penas previstas no Código Penal Militar, serão aplicadas pela Justiça Militar.

§ 3.º — Da imposição administrativa de multa caberá recurso para a autoridade militar superior, dentro de dez dias a contar da data em que o interessado dela tiver ciência, desde que seja depositada na Circunscrição de Recrutamento a quantia correspondente.

§ 4.º — Se o infrator for militar ou funcionário público, a multa será descontada de seus vencimentos na forma legal, oficiando-se, nesse sentido, á repartição pagadora competente, que remeterá o valor da mesma á Circunscrição de Recrutamento oficiante.

§ 5.º — Os convocados que forem condenados ao pagamento de multa e não possuam recursos para atendê-lo, sofrerão o desconto do valor da mesma quando forem incorporados.

Art. 136 — Ficarão isentos do pagamento de taxas e de multas aqueles que provarem sua condição de miserabilidade, na forma da lei.

Art. 137 — Os que forem condenados ao pagamento de multa terão seu documento militar retido pela Circunscrição de Recrutamento enquanto não atenderem ao pagamento da mesma, ressalvado o caso de isenção de que trata o artigo anterior.

Art. 138 — As Circunscrições de Recrutamento reterão 30% do valor das multas e Taxa Militar por elas arrecadadas de conformidade com esta lei, aplicando-as na melhoria de suas instalações e das Juntas de Alistamento, e remeterão á Diretoria de Recrutamento o restante para ser empregado em proveito da propaganda do Serviço Militar, do desenvolvimento da instrução dos Tiros de Guerra e da execução desta lei.

(Continúa)

EDITAIS E AVISOS

EDITAL de Leilão Público com o prazo de 10 dias — O Doutor Antonio Gabínio da Costa Machado, Juiz de Direito da 1.ª Vara da Comarca de Campina Grande, Estado da Paraíba, em virtude da Lei, etc.

Faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele notícia tiverem e interessarem, que no dia 19 do corrente, às 10 horas, na sede da Fazenda Lagradouro, sita no distrito de Fagundes, deste termo, de propriedade do sr. João Vágolino Barlosa Leite, pelo leiloeiro Aristides Fantini, serão vendidos em leilão público, a quem mais der e maior lance oferecer, os animais sequestrados a José Cavalcanti de Albuquerque, na Ação de Execução de Penhor Pecuário que neste Juízo move contra o mesmo José Cavalcanti de Albuquerque, o Banco do Brasil S/A, Agência desta Cidade, cujos animais são os seguintes: — Um touro indu-brasil, alvação, 4 anos; Um touro indu-brasil, alvação, 3 anos; Um touro indu-brasil, alvação, 4 anos; Um touro m/zebu vermelho-fusco, 4 anos; Um touro m/zebu, vermelho fusco, 6 anos, denominado "Domino"; Um touro m/zebu, vermelho fusco, 4 anos; Um touro m/zebu, alvação, 3 anos; Um touro crioulo-vermelho, 5 anos; Cinco-enta e uma vacas m/zebu, 57 anos; dez vacas crioulas, 57 anos; vinte e três novilhas m/zebu, 4 anos; quatro novilhas crioulas, 3/4 anos; dezanove novilhas m/zebu, 3 anos; sete garrotas, m/zebu, 12 anos; Um novilhote m/zebu, 2 anos; dezesseis garrotas m/zebu, 12 anos; quatro bois mansos, para serviço; dois boiatsos para engorda; uma vaca m/zebu holandês, 5 anos; uma novilha m/zebu, holandês, 3 anos; vinte e sete bezerras, m/zebu, 2 meses 10 meses; e vinte e sete bezerros m/zebu, 2/11 meses; Um touro pintado, doente do casco; dois bois mansos pretos; três boiatsos lisos; uma novilha branca; duas novilhas vermelhas; duas novilhas fuscas; duas novilhas azuis; uma vaca velha preta; uma vaca velha branca doente da mão; duas ditas paridas vermelhas-carêta; uma dita parida, preta ponta-baixa; Uma dita parida branca; um garrote preto; um garrote vermelho; Uma garrote preta; Uma garrote branca; Uma garrote vermelha; uma garrote fusca; cinco bezerros pequenos; uma va-

ca solteira branca e uma vaca solteira azeitona.

E para que chegue ao conhecimento dos interessados, mandei passar o presente, que será publicado e afixado na forma da Lei. Dado e passado nesta Cidade de Campina Grande, aos 3 de Agosto de 1946. Eu, Maria das Neves Tavares Cavalcanti, Escrivã, fiz datilografar e assino. A Escrivã: — (a) Maria das Neves Tavares Cavalcanti — (a) Antonio Gabínio — Juiz da 1.ª Vara — Conforme: dou fé. Data supra. A Escrivã: — Maria das Neves Tavares Cavalcanti.

MINISTERIO DA GUERRA — 7.ª REGIAO MILITAR — 23.ª CIRCUNSCRIÇÃO DE RECRUTAMENTO — 3.ª Seção — Inspeção de saúde das Classes 1925 e 1926. O chefe da 23.ª C. R. torna publico, para o conhecimento dos interessados, que a Inspeção de Saúde para os cidadãos, das classes de 1925 e 1926, residente em João Pessoa, ora se processando no Quartel do 15.º R. I., será terminada, impreterivelmente, no dia 25 de agosto do corrente.

Outrossim, esclarece, aos cidadãos pertencentes às duas classes convocadas, que a Inspeção de Saúde é obrigatória, sendo considerado refratário ao Serviço Militar, e, como tal sujeito às penas da lei, todo aquele que faltar à referida Inspeção no prazo acima estabelecido.

Informa, ainda, a necessidade urgente de comparecerem a esta C. R. todos os cidadãos que já se acham com a sua Inspeção de Saúde marcada para depois do dia 24 de agosto.

Romeu Otavio da Silva Azevedo — Major Chefe da 23.ª C. R.

DELEGACIA REGIONAL DO IMPOSTO DE RENDA — EDITAL N.º 6 — Concorrência administrativa para o fornecimento de material de expediente, móveis e máquinas.

De ordem do Sr. Delegado Regional do Imposto de Renda, neste Estado, fazemos publico, para conhecimento dos interessados que, nos termos do artigo 37, do Decreto-lei n.º 2206, de 20 de maio de 1940, se acha aberta, nesta Repartição, a concorrência administrativa permanente de inscrição, durante o prazo de oito (8) dias, a partir desta data, encerrando-se às de-

zesseis (16) horas do dia sete (7) do mês de agosto vindouro para fornecimento de artigos de expediente, móveis e máquinas conforme especificação detalhada e modelos que se acham à disposição dos fornecedores, para efeito de exame, na mencionada Delegacia.

As propostas deverão ser dirigidas, diretamente, ao Sr. Presidente da Comissão, com as formalidades exigidas em lei.

D. R. I. R. em João Pessoa. 31 de julho e 1946.

Eumar da Fonseca Neiva. Of. Adm. "H" — Presidente da Comissão

Laura Campelo e Carmen Silva de Lira, Arm. Ref. IX — Membros.

EDITAL de convocação do Juri — O dr. José Porto Paiva Juiz Suplente em exercício na 3.ª Vara da Comarca da Capital do Estado da Paraíba, em virtude da lei, etc.

Faço saber, que tendo sido designado o dia 28 do corrente, pelas 13 horas, para funcionar em sua 3.ª sessão ordinária deste ano, o Juri desta Capital, procedi, de acordo com a lei, ao sorteio de 12 cidadãos jurados, para com os 12 já sorteados da ultima sessão, completarem a lista dos 24 que têm de servir ficando a mesma lista assim constituída: 1 — dr. Alfredo Monteiro; 2 — dr. Nelson Souto Maior Rosas; 3 — Walfredo Rodrigues; 4 — Wilson Madruga; 5 — dr. Antonio de Arruda Brainer; 6 — João Celso Peixoto de Vasconcelos; 7 — dr. Osorio Lopes Abath; 8 — dr. Luciano Ribeiro de Moraes; 9 — dr. Vicente Trevas Filho; 10 — Prof. Francisco Sales de Albuquerque; 11 — dr. Graciano Gonçalves de Medeiros; 12 — Derlopidas Gomes Neves; 13 — dr. Severino Alves da Silveira; 14 — dr. Luiz Gonzaga de Miranda Freire; 15 — d. Alzira Viana Espinola da Silva; 16 — Antonio Pereira Gomes Filho; 17 — Severino Carneiro de Mesquita; 18 — dr. Leon Francisco Clerôt; 19 — Severino Candido Marinho; 20 — dr. Joaquim Ferreira da Costa e 21 — dr. Durval Cabral de Almeida e Albuquerque.

Ficam assim todos convidados a comparecer à sessão do Juri, no dia e hora acima, bem como nos demais dias enquanto durarem os trabalhos da sessão sob as penas da lei se faltarem.

Para conhecimento de todos fiz passar o presente edital que será publicado e afixado legalmente. Dado e passado nesta

cidade de João Pessoa, aos 7 de agosto de 1946. Eu, Carlos Neves da Franca, escrivão do Juri o escrevi. (a.) José Porto Paiva. Conforme com o original Subscrovo e assino. O Escrivão Carlos Neves da Franca.

(Cópia) — **EDITAL DE PRAÇA E ARREMATACAO** —

O Bacharel José Demétrio de Albuquerque Silva, Juiz de Direito da Comarca de Catolé do Rocha, Estado da Paraíba, em virtude da lei, etc. — Faz saber a todos que o presente edital de arrematação virem ou dele notícia tiverem, que, no processo de inventário, dos bens deixados por falecimento de Francisca Ferreira de Freitas, o Porteiro dos auditórios ou quem suas vezes fizer, irá a publico pregão de venda e arrematação no dia trinta e um (31) de Agosto próximo, às dez horas, no 2º Cartório desta cidade, a quem mais der e maior lance oferecer além da respectiva avaliação, uma casa de tijolo e telhas, com duas portas e uma janela de frente, no sítio Pau Ferro, desta Comarca, em sua avaliação de Cr\$ 500,00. Um cercado de plantação em terreno de baixo, contiguo a casa acima, no referido sítio, medindo 138 braças le Norte a Sul, por 50 braças de Nascente a Poente, limitando-se pelo Nascente com a casa acima descrita; Norte, com a herdeira Porfíria Francisca de Freitas; Sul, com terra de Raimunda Francisca de Freitas; e pelo Poente, com terra do espólio avaliado por oito mil cruzeiros (Cr\$ 8.000,00); Uma manga em terreno de taboleiro, contiguo ao cercado acima descrito, medindo 100 braças de Norte a Sul por 120 de Nascente a Poente, limitando-se ao Nascente com a casa acima já referida; Norte, com terra dos Calixtos; Sul, com Quintino Alexandre Diniz; e Raimunda Francisca de Freitas; e Poente, com o caminho que leva do lugar Pau Ferro ao Bom Sucesso avaliada por duzentos cruzeiros (Cr\$ 200,00); Um pequeno terreno de taboleiro ao Nascente e Norte da casa acima descrita, contendo um acudinho de parte de terra, que se limita pelo nascente com a manga denominada "MALHADINHA", do sítio Serra Azul; Norte, com terra dos herdeiros de Blamor de Souza Melo; Sul, com terra dos herdeiros do monte; e pelo Poente, com a casa e cercado já mencionados, avaliados por tre-

sentos cruzeiros (Cr\$ 300,00); **SEMOVENTES:** — Uma vaca parida avaliada por Cr\$ 800,00; Uma novilha, de vaca avaliada por Cr\$ 500,00 Um beserro comum, avaliado Cr\$ 100,00; Uma mesa velha avaliada por Cr\$ 20,00; Um banco de madeira, avaliada por Cr\$ 5,00; Dois tamboretes avaliados por cinco cruzeiros; e um couro de vaca avaliada por Cr\$ 20,00. Somam os bens acima mencionados no total de Cr\$ 10.450,00, bens estes que serão submetidos a leilão nos termos do artigo 706-I do Código de Processo Civil e Comercial. E para que chegue ao conhecimento de todos, mandei passar o presente edital que será afixado na porta do Cartório respectivo e publicado no Órgão Oficial do Estado. Dado e passado nesta cidade de Catolé do Rocha, aos vinte e sete dias do mês de julho de mil novecentos e quarenta e seis. Eu, David Fareina, escrevente juramentado, dactilografei e subscrevo. (a) José Demétrio de Albuquerque Silva. — Conforme com o original; data supra; dou fé.

Catolé do Rocha, 27 de julho de 1946.

O Escrevente: — DAVID FA-
REINA.

(COPIA) Edital — Felencia da Sociedade Importadora de Materiaes Ltd. — O Doutor José Porto Paiva, Juiz Suplente no exercício da 3.ª Vara da Comarca desta Capital, em virtude da lei etc.

Faz saber aos credores e demais interessados quem por este Juízo e cartório do escrivão que abaixo subscorre, foi processada e decretada a falência da firma desta praça Sociedade Importadora de Materiaes Ltd. da qual são sócios Morse Galvão e Sá, Herminia Baby Pierck de Sá e Luiz Campos, estabelecido á av. João Machado 680 nesta Capital, á requerimento da firma A. Cavalcanti & Cia. ás 12 horas do dia 8 de agosto o corrente ano de 1946, tendo sido nomeado síndico a referida firma A. Cavalcanti & Cia. estabelecido á rua João Suasuna, nesta cidade, marcado o prazo de 20 dias para os credores apresentarem as declarações e documentos justificativos dos seus créditos e fixado o termo legal da falência o dia 20 de dezembro ultimo. E para que chegue ao conhecimento de todos mandou expedir o presente edital o qual será afixado

no local de costume e publicado na Imprensa Oficial. Dado e passado nesta cidade de João Pessoa, aos 8 de agosto de 1946. Eu, Eneas Chacón Costa, escrevente autorizado o dactilografei.

(as) José Porto Paiva, Juiz Suplente no exercício da 3.ª Vara. Conforme com o original, dou fé. O Esc. Eunapio da Silva Torres.

ANUNCIOS DIVERSOS

REPARTIÇÃO DOS SERVIÇOS ELETRICOS DA PARAIBA

Aviso

Observa-se que diversos consumidores vêm utilizando a corrente para força-motriz no periodo de 17 ás 22 horas. desatendendo, assim, aos reiterados apêlos da R.S.E.P.

Esta Repartição vem, mais uma vez, apelar para a boa vontade dos consumidores de força, no-sentido-de se absterem inteiramente, de utilizar a corrente para força-motriz no horário citado. Este apêlo é também extensivo aos consumidores em geral, notadamente, aos que não têm medidor, para que evitem o desperdício de energia, restringindo o consumo ao indispensável ás suas necessidades.

A inobservancia aos pedidos desta Repartição a-fim-de ser feita a maior compressão possível no consumo de energia, poderá acarretar á população desagradáveis consequências.

Da boa compreensão dos obstaculos que asoberbam os Serviços Elétricos, depende, em parte, a melhor distribuição de energia em regime de racionamento. Qualquer excesso de consumo se reflete prejudicialmente na iluminação pública e, mais ainda, no fornecimento de energia para o consumo domiciliar.

Ficam avisados os consumidores de força, que no caso de desatendimento desta recomendação, a R.S.E.P. suspenderá o fornecimento de energia para os infratores. Trata-se de uma providência acatadora dos interesses da maioria da população pessoense. Deseja-se, porém, que essa medida não tenha oportunidade de ser aplicada, esperando-se a cooperação dos interessados.

A DIRETORIA

COOPERATIVA CAIXA DE CREDITO POPULAR

Segunda convocação de Assembléia Geral Ordinária

Em obediencia aos preceitos estabelecidos no art. 28 dos Estatutos, ficam convidados todos associados desta Instituição de Crédito a comparecerem em reunião de Assembléia Geral ordinária a qual terá lugar no dia 15 do corrente ás 9 horas no salão principal da Cooperativa sito a Praça Antonio Rabelo, 18 nesta Capital, onde realizar-se-á a eleição para novos membros do Conselho Fiscal e Suplentes e renovação do terço do Conselho Administrativo, leitura do relatório anual do exercício anterior e do respectivo parecer do Conselho Fiscal, exame, discussão e julgamento do balanço, contas e atos gestivos dos Administradores.

Séde da Cooperativa Caixa de Crédito Popular.

João Pessoa, 8 de Agosto de 1946.

Dr. Manuel de Medeiros Coutinho — Presidente da Cooperativa.

Departamento de saneamento de João Pessoa

AVISO

Em conformidade com o Decreto-Lei n.º 835, de 25 de julho de 1946, as taxas de agua e ergoto referentes ao mês de julho deverão ser pagas na Tesouraria desta Repartição até o dia 15 do corrente.

A partir do dia 16 as taxas ficarão acrescidas da multa de 10%.

Do dia 21 em diante serão expedidas as notificações de fechamento da agua por falta de pagamento dos prédios em atraso.

A DIRETORIA.

CIA. USINAS SÃO JOÃO E SANTA HELENA S. A.

Aviso de Convocação

Ficam, pelo presente, convidados os senhores Acionistas da Cia. Usinas São João e Santa Helena S/A para uma reunião de Assembléia Geral Extraordinária que se realizará na Usina São João, no lugar Engenho Central, pelas 14 horas do próximo dia 10 do mês de setembro vindouro e na qual, além de outros assuntos de interesse da Cia. se tomará conhecimento da proposta de aumento do capital social.

Engenho Central, 10 de agosto de 1946.

Ass.) Renato Ribeiro Coutinho.

COOPERATIVA DE PESCA DA PARAIBA

1.ª Convocação

Ficam convidados todos os associados da Cooperativa de Pesca da Paraíba, para uma reunião de Assembléia geral extraordinária, que deverá realizar-se no dia 23 do corrente mês, ás 15 horas em sua séde social, sito á rua Santo Elias n.º 277, com o fim especial de tratar da dissolução e consequente liquidação da referida sociedade.

João Pessoa, 9 de Agosto de 1946.

Izaias Pinto — Pela Cooperativa de Pesca da Paraíba.

AVISO

Instituto Histórico

ELEIÇÃO DA NOVA DIRETORIA

Nos termos do art. 18 dos respectivos estatutos, o presidente do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, convocou uma sessão especial para o dia 18 do corrente, domingo, ás 15 horas, na séde social, a-fim-de proceder-se á eleição da nova diretoria que tem de reger os destinos daquela associação no periodo 1946-47.

Por nosso intermédio, o presidente respectivo encarece o comparecimento de todos os socios efetivos.